

ATA N.º 6/2024

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 13 DE DEZEMBRO DE 2024

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no teatro Miguel Franco reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram presentes os seguintes deputados:

1. Abel de Oliveira Vieira;
2. Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
3. Adriano Barbeiro Neto;
4. Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho;
5. António Lacerda Sales;
6. Artur Rogério de Jesus Santos;
7. Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra;
8. Céline Moreira Gaspar;
9. Eugénia Maria de Jesus Costa;
10. Helena Cristina da Fonseca Brites;
11. Hugo Miguel Heleno Morgado;
12. Joana Maria de Brito Cartaxo;
13. José Artur das Neves Ferreira;
14. José Carlos Matias Filipe;
15. José da Silva Alves;
16. José Manuel da Cunha;
17. Luís Manuel Coelho Prata;
18. Luís Paulo Pereira Fernandes;
19. Manuel António Azenha dos Santos Pereira;
20. Manuel Carreira Bernardes da Cruz;
21. Manuel Oliveira Carreira;
22. Maria Alexandra Faria Fernandes Silva Seródio;
23. Maria Margarida Guarda Verdades de Sá;
24. Mário João Ley Garcia;
25. Mário Rodrigues;
26. Marta Sofia Sampaio de Sousa Violante;
27. Nelson Manuel Carreira Ferreira;

28. Olga Sofia Gomes Marques;
29. Oriana Cláudia Ferreira Cristóvão;
30. Paula Cristina Pires Marques Jorge;
31. Paulo Alexandre Jesus Clemente;
32. Paulo Pedrosa Pedro;
33. Raul Testa Fortunato Faustino;
34. Renato José dos Santos Cruz;
35. Sandro Miguel Monteiro Ferreira;
36. Sofia da Silva Francisco;
37. Susana Margarida Martins Sequeira Bertão;
38. Telma Carreira Curado;
39. Tiago António Leal Duarte;
40. Tiago Manuel Pereira dos Santos;
41. Tiago Miguel Gago dos Santos;
42. Vítor Manuel Casimiro de Matos.

Estiveram presentes os seguintes **membros do executivo**:

- Álvaro José Madureira;
- Ana Catarina de Moura Louro;
- Ana Margarida Félix Valentim;
- Branca da Conceição Oliveira e Silva Meireles de Matos;
- Carlos Jorge Pedro Simões Palheira;
- Daniel Rodrigues Marques;
- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Luís Manuel da Silva Almeida Lopes;
- Ricardo de Jesus Gomes;
- Ricardo Miguel Faustino dos Santos;

Os seguintes deputados municipais solicitaram a sua **substituição**:

- António Ferreira Pereira de Melo (PSD), substituído por Orlando Miguel Rodrigues Marques;
- Carlos Alberto Garcia Poço (PSD), substituído por Carlos António Pinheiro Francisco e Silva;
- Cristiana Duarte Pinto (PS), substituída por Emanuel Barbeiro;
- Fábio Micael Costa Bernardino (PSD), substituído por Hilário Pereira Estrada;
- Fernando Paulo Mateus Elias (PS), substituído por Ricardo José Cordeiro Abreu;
- Júlio Paulo Videira de Jesus (PS), substituído por Claudia Alexandra Machado Santos da Silva;
- Mário de Sousa Gomes (Freguesia Milagres), substituído por Vânia Sá (Tesoureira);

- Pedro António Amado da Assunção (PSD), substituído por Cristina Pinheiro Marques Lopes;

Faltou o senhor deputado Telmo Filipe Moreira Marques (IL) tendo o mesmo justificado a sua ausência.

Faltou a senhora Vereadora Anabela Fernandes Graça.

A sessão foi presidida por **António Lacerda Sales, Presidente da Assembleia Municipal**, e secretariada por **José da Silva Alves, 1.º Secretário da Mesa**, e **Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra, 2.ª Secretária da Mesa**.

Havendo “quórum”, foi pelo Presidente em exercício declarada aberta a sessão, eram **21h13** horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2. SMAS:

- 2.1. XVII Modificação - XV Alteração Permutativa ao Orçamento e GOP's 2024-2028 SMAS LEIRIA - Apreciação, discussão e votação;**
- 2.2. Alteração à estrutura orgânica dos SMAS de Leiria – Unidades orgânicas flexíveis - Apreciação, discussão e votação;**

3. Documentos Previsionais:

- 3.1. Orçamento para o ano de 2025 - Apreciação, discussão e votação;**
- 3.2. Demonstrações Orçamentais Previsionais 2024-2028. Demonstrações Financeiras Previsionais, Mapa de Pessoal, Plano de Formação, Perfis de Competências e Relatório da Proposta de Orçamento dos SMAS de Leiria para 2025 – Apreciação, discussão e votação;**

4. Teatro José Lúcio da Silva:

- 4.1. 2.ª Modificação ao orçamento anual de exploração do Teatro José Lúcio da Silva-2024, que se traduz numa revisão orçamental - Apreciação, discussão e votação;**
- 4.2. Relatório de execução orçamental do 2.º trimestre/1.º semestre do Teatro José Lúcio da Silva de 2024 – Para conhecimento;**
- 4.3. Designação do representante do Município na Teatro José Lúcio da Silva, E.M., S.A. – Para conhecimento;**
- 4.4. Indicação dos membros da Mesa da Assembleia Geral da Teatro José Lúcio da Silva, E.M., S.A. – Para conhecimento;**
- 4.5. Indicação dos membros do Conselho de Administração da Teatro José Lúcio da Silva, E.M., S.A. – Para conhecimento;**

4.6. Designação do fiscal único do Teatro José Lúcio da Silva, E.M., S.A -
Apreciação, discussão e votação;

5. Quarta Modificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Leiria nos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas - Apreciação, discussão e votação;

6. Isenção de pagamento de estacionamento no parque da Fonte Quente - Natal 2024 - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** a todos cumprimentou e deu início à sessão.

De seguida, referiu os senhores deputados que solicitaram a sua substituição na sessão e enumerou os seus substitutos.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** fez saber que existiam cinco atas referentes a sessões anteriores, que foram disponibilizadas a todos para leitura, para aprovação, submetendo todas a votação:

- **Ata n.º 11/2023**, referente à sessão ordinária de 15 de dezembro de 2023, tendo sido **aprovada por maioria, com 1 abstenção**;
- **Ata nº 12.2023**, referente à sessão extraordinária de 18 de dezembro de 2023, tendo sido **aprovada por maioria, com 2 abstenções**;
- **Ata nº 13.2023**, referente à sessão extraordinária de 22 de dezembro de 2023, tendo sido **aprovada por maioria, com 1 abstenção**;
- **Ata nº 1.2024**, referente à sessão ordinária de 16 de fevereiro de 2024, tendo sido **aprovada por maioria, com 1 abstenção**;
- **Ata nº 2.2024**, referente à sessão ordinária de 22 e 23 de abril de 2024, tendo sido **aprovada por maioria, com 1 abstenção**.

Intervenção do senhor **Presidente da Assembleia Municipal**

Transcrição:

"Passamos ao ponto seguinte, à inscrição dos munícipes.

Nós vamos fazer um fluxo contínuo esta, esta inscrição dos munícipes, vai falar cada um por sua ordem, 5 minutos a cada um, vamos tentar cumprir os tempos sem grande tolerância ainda por cima agora parece que tenho um novo mecanismo que me permite retirar o som ao microfone como na Assembleia da República, o que é ótimo, mas, mas tentarei dar, enfim, as tolerâncias possíveis como sempre temos feito. O primeiro munícipe, senhor Lúcio Alves, pode descer, Orçamento Participativo, proposta nº 20, pedido de viabilização da obra enunciada no Orçamento Participativo, votada com cerca de 2500 votos

pela urgência e pertinência da mesma e por estar disponível e não ter sido atribuído o valor correspondente à rubrica jovem. Faz favor, senhor Lúcio Alves. Queria perguntar se não se importa de ser, quer áudio, quer imagem. (gravação impercetível). Muito bem, muito obrigado.”

Intervenção do munícipe Lúcio Alves

Transcrição:

Ora, boa noite, senhor Presidente, muito obrigado, senhor Presidente da Câmara, obrigado também, senhores deputados, boa noite, como disse já o senhor Presidente, eu venho em representação da proposta nº 20 do Orçamento Participativo que é uma obra aqui da Assembleia Municipal, eu fui o promotor da proposta nº 20 que incidia sobre a criação de um espaço polivalente em formato de anfiteatro no exterior da escola Correia Mateus e eu venho aqui primeiro agradecer a possibilidade de termos feito este trabalho e envolvimento da comunidade de forma brilhante como conseguimos, não foi um projeto aprovado porque realmente houve uma votação renhida com outros projetos também igualmente meritórios, mas vinha aqui sugerir ou pedir até se se poderá considerar uma eventual alteração ao regulamento que possa ainda nesta fase ou em fases posteriores considerar a reafecção de rubricas não utilizadas, que foi o caso da componente jovem que não foi, não vai ser executada porque teve um número de votantes muito reduzido e nós vínhamos pedir, eu em meu nome pessoal e em nome das 2500 famílias e das 1500 crianças que frequentam a escola Correia Mateus, era realmente a possibilidade de, embora não faça parte do regulamento, essa alteração ao regulamento poder ser implementada no sentido, uma vez que a verba está disponível e não vai ser usada, reaproveitá-la realmente para um segundo projeto com impacto, neste caso foi nosso também, e que é uma obra muito pertinente. A escola Correia Mateus é uma escola com cerca de 40 anos, tem 1500 crianças a frequentar, dessas 1500 trezentas são de nacionalidade estrangeira, 500 são crianças com ação social escolar, portanto, são crianças com baixas condições económicas oriundas de agregados familiares muitas vezes multi desafiados e multi, e com algumas dificuldades, é uma escola com alguns desafios em termos de integração, a imigração tem um desafio lá, o excesso de, a sobrecarga das turmas também e realmente há uma ausência grande de espaços recreativos, lúdicos e pedagógicos que possam também potenciar a aprendizagem, ser estimulantes também para que as crianças se possam sentir mais, mais empenhadas, mais ouvidas também no processo de aprendizagem e a nossa proposta realmente era muito nesse foco, tínhamos realmente a preocupação de criar condições, o projeto, modéstia à parte, está, está muito bem pensado, era trazer para a rua a possibilidade de serem feitos no exterior, junto ao campo de futebol, um parque aproveitando o declive que existe lá do espaço, e que até está um bocado em perigo porque está sempre com terras a cair, fazer uma intervenção aí que permitisse efetivamente criar um espaço de bancadas que possa

ser usado quer nas aulas, quer nos momentos lúdicos, quer pela SAMP, quer pelo, pela equipa de rãguebi que também está lá agora a usufruir daquele espaço, realmente tornar aquele espaço mais dado à comunidade, portanto, que possa realmente ter um uso polivalente e que possa ser um ponto de encontro para estas 1500 crianças. A nossa proposta, como disse, não ganhou, tivemos um bom resultado, 2500 votações, foi fruto do empenho também da associação de pais da qual eu faço parte, mas efetivamente o que nós queríamos realmente pedir era interceder no sentido desta, desta mais valia do Orçamento Participativo poder considerar esta, esta possibilidade de executar a obra pela sua pertinência pelo facto de ter sido uma obra com um grande impacto em termos de votação, em termos de, em termos de envolvimento da comunidade e, pelo facto, também do dinheiro estar disponível na rubrica que não foi reaproveitada, portanto, esse era o nosso repto. Agradeço a atenção e a possibilidade de vir aqui. Muito obrigado e boa noite.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Muito bem, obrigado senhor Lúcio Alves.

Passo agora a palavra ao senhor Jaime Oliveira Martins cuja intervenção é acerca dos problemas da estrada da Estação, não está presente, não estando presente passamos ao seguinte, senhor José Luís Rogeiro, abate de árvores de edificação na traseira do nº 11 da rua de Santo António, no cruzamento com a rua de Tomar, está presente, sim, se faz favor. Sei que não se importa do áudio, mas não quer imagem, certo? Ok, então cortamos a imagem, por favor. Muito obrigado.”

Intervenção do munícipe José Luis Rogeiro

Transcrição:

“Ora, boa noite, boa noite à Mesa.

Desculpe que eu é a primeira vez que estou aqui numa Assembleia Municipal e o que me traz aqui é uma ocorrência na rua onde eu moro, que é a rua António Campos, na parte de baixo, que é a rua de Santo António. Eu trago aqui uma fotografia de jornal de uma denúncia minha que fiz para o jornal onde não vou poder mostrar, se alguém quiser ver tenho aqui para poderem consultar, onde podem ver no terreno que é público, que foi de cedência de um loteamento de onde eu vivo, onde a câmara autorizou um abate cerce de um conjunto de árvores que ali havia, contadas por mim seriam mais de 15. Eu fiz uma, duas queixas à câmara num canal de denúncia que, excecionalmente, é uma coisa notável, foram arquivadas em menos de 12 horas, tanto uma como outra. Depois fiz uma nova queixa e o senhor vereador Palheiro (Palheira) Palheira, peço desculpa, respondeu-me com um ofício, que eu trago aqui no telemóvel e que poderei aqui ler um parágrafo que a mim deixou-me deveras preocupado, o ofício tem o nº 70440, é datado do dia 2 de dezembro do ano corrente e o senhor vereador no ofício que me é dirigido diz: “Atendendo à



intervenção efetuada pelo promotor (o promotor é uma obra que decorre na mesma, rua de Santo António e já agora senhor vereador, rua de Santo António com -s grande) o facto de existirem algumas árvores que continuam a colidir com a construção.” Ora, foi programado efetuar o rebaixamento da copa das árvores de forma a manter no futuro os exemplares dentro dos limites do terreno, isto incluiu, segundo diz aqui o senhor vereador, uma poda de rolagem e eu torno a sublinhar, poda de rolagem, ó senhor vereador, eu não sei o que é que o senhor entende por uma poda de rolagem, mas cortar árvores ao nível do chão chamada “corte cerce” e não deixar uma única folha para a fotossíntese, ó senhor vereador, o senhor percebe tanto de poda de rolagem como eu percebo de ginástica cueca, eu não sei quem é o senhor vereador, mas deixe-me ser franco com isto. Relativamente, eu tinha posto aqui uns pontos que pediram-me e eu pus uns pontos que gostava de ver esclarecidos, não sei se vão ser esclarecidos nesta Assembleia. Independentemente do corte das árvores que não incomodavam ninguém aliás, as árvores, o único efeito que tinham era cortar o barulho proveniente da rua de Tomar, serviram também para cortar, para proteger o terreno que é inclinado de erosão e serviam também para abrigo de muitas aves que ali tinham poiso, infelizmente agora deixaram de ter, passámos a ter um terreno agreste, com que intuito? Eu presumo que sei qual é o intuito, há aqui uma obra a decorrer, uma edificação em que, de dubiosa legalidade e com o intuito de abrir, de abrir a luminosidade para a dita obra resolveu-se cortar cerce as árvores em causa. Eu gostava de perguntar se, e eu fiz isso na, na carta que enviei para a câmara, se houve alguma autorização da câmara para cortar as árvores, se foi alvo de algum pedido, se houve alguma autorização, quem o deferiu, quem o assinou e já agora quem cortou as árvores, quem fiscalizou e as toneladas de madeira que foram de lá retiradas para onde foram. Eu gostava de saber isso, não sei se vai ser respondido nesta Assembleia, pelo menos no pedido que eu fiz à câmara isso não foi respondido.

*Ponto 2, a obra que está a ser construída na rua de Santo António, que sobe para o cemitério, não sei quem costuma passar naquela rua, mas a diário quem quiser descer a rua tem que o fazer pelo alcatrão porque a diário os carros estacionam sobre o passeio. Eu próprio, quando tinha filhos pequeninos, tinha que vir pelo alcatrão porque ou o passeio está constantemente ocupado **(Presidente Assembleia Municipal - senhor José Luís, lembro-lhe que já gastou os seus 5 minutos, agradeço que seja o mais rápido possível)**. Eu gostava de saber, que me informassem que tipo de obra é esta, porque é que não tem o aviso afixado como é de lei, o que é que está autorizado para fazer, o que é que, o que é que o regulamento diz sobre o que é que lá pode ser feito, há o regulamento camarário, há o grau I, o grau II, taxa de impermeabilização, número de fogos, estacionamento obrigatório por lei, etc., etc. Era bom esclarecer isto sob pena de ficar aqui*

um labéu de dúvida sobre o que está a ser feito e a respetiva legalidade. Eu tinha mais aqui umas coisas, mas...”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, já teve a sua tolerância também, cerca de um minuto, mas muito obrigado pela sua intervenção.

Passamos agora a palavra ao senhor Francisco Pedro, para implementação de programas de literacia financeira e educação para o consumo nas escolas. Faz favor, senhor Francisco Pedro, penso que não se importa de imagem e de áudio.”

Intervenção do município Francisco Pedro

Transcrição:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados, a todos os leirienses que nos assistem aqui e em casa.

Nos últimos tempos muito se tem falado do tema da literacia financeira e muitos grupos e organismos têm até apresentado algumas propostas que visem o contacto pela parte dos jovens com temas e ferramentas financeiras. Bom, eu creio que podemos em Leiria também ver a educação financeira e a educação para o consumo como pilares indispensáveis à criação de uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa como veículo até de dotar todos os jovens desta geração e das próximas, sem exceção, de capacidades que lhes permitam seguir os seus sonhos, cumprir os seus objetivos de vida e isto contribuirá creio, em última instância, para a estabilidade do país e o progresso económico. Assim, creio que podemos fazer o nosso papel, refletir, estudar e debruçar-nos sobre este tema. Está demonstrado neste relatório apresentado os resultados preocupantes do desempenho dos nossos jovens nestes tópicos, até comparados com os seus pares lá fora e até com os restantes grupos demográficos em Portugal. Desde o fraco desempenho em indicadores financeiros e da descida do seu nível nos últimos anos, até na literacia financeira e digital, desde as lacunas no conhecimento de termos técnicos e financeiros simples que qualquer jovem adulto e sénior independente habilitado financeiramente não descarta no seu quotidiano, a ausência de contacto com instituições financeiras e na falta de destreza de gadgets para pagamentos ou simples transferências bancárias, a baixa percentagem de alunos que identifica o meio escolar como principal meio de instrução para estes temas e que, portanto, não os prepara para enfrentarem os desafios financeiros que inevitavelmente lhes surgirão ao longo da sua vida, mas acima de tudo e mais gravoso está demonstrada a disparidade de resultados entre os jovens que habitam em meios socioeconómicos mais ou menos favorecidos resultado de desigualdade no acesso a instrumentos financeiros, a recursos educativos, a barreiras de linguagem ou até às realidades familiares. Acredito, portanto, que este é o momento para revertermos estes números alarmantes e é com esse objetivo em mente

que hoje vos apresento esta proposta que visa apostar no pensamento acreditado e na competência daqueles que trabalham nesta área. Está destacada a importância que esta proposta pode ter para os nossos jovens no que toca a aprimorarem os seus conhecimentos, comportamentos financeiros na sua boa gestão das finanças pessoais para que saibam o que fazer com o seu dinheiro, com o seu salário, com a sua mesada, para que consigam cobrir as suas despesas, pagar a sua renda, o custo dos seus estudos, enfim, para utilizarem o seu dinheiro da maneira mais proveitosa, a serem incentivados a melhores hábitos de poupança, de investimento, de gestão de risco, para que saibam pensar, planejar e atingir os seus objetivos a curto, a médio e a longo prazo, a utilizarem de forma correta, segura e consciente as plataformas digitais, a fomentarem um uso consciente e responsável do crédito, mas, acima de tudo, também, também destaco a importância de promovermos práticas de inclusão social e políticas que promovam a justiça social para que o bem-estar financeiro e o cumprimento dos objetivos pessoais por parte dos jovens não seja um símbolo com 2 lados estampado logo à nascença.

*Senhoras e senhores, este é o momento, creio eu, de colocarmos as escolas de Leiria a par dos passos dados pelo novo Executivo no que toca à educação, do nosso concelho estar alinhado com o projeto piloto a nível nacional e de estarmos um passo à frente do restante meio escolar. Apresento desta forma um modelo de implementação de momentos educativos na área da educação financeira e para o consumo que seja posto em prática no nosso concelho envolvendo as famílias, a comunidade escolar, num horário compatível para a realidade escolar e de forma transversal a todos os cursos, com o contributo até de profissionais e pessoas especializadas na área da nossa região fora até do contexto conhecido já pelos alunos para imprimir uma maior dinâmica à nossa iniciativa e bombá-la de ar fresco, mas também com a inserção de momentos, por exemplo, de avaliação informal e dinâmicas entre grupos. Isto tudo poderá ser feito também pelas linhas orientadoras dos referenciais de educação financeira, educação para o consumo e com respeito pelas aprendizagens essenciais. Senhoras e senhores, esta proposta não se trata apenas, creio eu, de ensinar os jovens a poupar ou a investir, mas de mostrar o mundo que os acolherá ao longo da sua vida com todos os seus pontos positivos e negativos por via, isto sim, da educação, lugar de transformação e motor da mobilidade social mais importante da nossa sociedade. Bem sabemos que o PS e os partidos à esquerda não partilham, infelizmente, desta visão e os últimos anos de governação mostraram bem isso, até na discussão do Orçamento de Estado 2025 também tornou essa posição bem clara para **(Presidente da Assembleia Municipal – Senhores deputados, vamos fazer silêncio para podermos ouvir)** termino já, senhor Presidente. Para estas forças partidárias podemos até não ser prioridade enquanto jovens, até podemos ser uma linha vermelha, mas, no entanto, senhoras e senhores deputados consideramos que esta é.*

considero até enquanto jovem que esta é a altura de em conjunto trabalharmos para a implementação desta proposta e nós jovens até queremos fazer parte desta força conjunta e queremos que este Executivo também dê um passo em frente nesse sentido. Para a juventude esta proposta é ilustração do compromisso com os jovens, com o seu futuro e com a visão de um concelho e de um país mais capacitado, informado, justo e próspero. Senhoras e senhores, com responsabilidade e compromisso elevados e com o devido sentido democrático apelo aos órgãos intervenientes presentes, às famílias e comunidade escolar do nosso município pela união de esforços em torno desta proposta, que não falte nunca a coragem, a visão e a determinação para oferecer aos nossos jovens de Leiria um caminho melhor e uma educação mais competente e dinâmica. Muito obrigado, senhor Presidente.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Francisco Pedro.

*Terminamos assim o período da inscrição de munícipes e eu vou, senhor Jaime Martins chegou, foi? Entretanto? Ah, peço desculpa, não tinha visto, já o tinha chamado, mas não estava presente, faz favor. Senhor Jaime Martins vai falar sobre problemas da estrada da Estação, certo? Não se importa de ser, de ter áudio e imagem **(gravação impercetível)** Sim tem 5 minutos, não sei se ouviu. Ok.”*

Intervenção do munícipe Jaime de Oliveira Martins

Transcrição:

“Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, Exmo. senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, senhores vereadores, senhores e senhoras deputados.

Antes de ir ao assunto que me traz aqui quero publicamente endereçar ao Dr. António Sales um abraço amigo e solidário.

Apresento-me perante vós como um munícipe não para deixar críticas balofas ou destrutivas, mas com o intuito de chamar a atenção para alguns problemas que afetam os moradores da estrada da Estação e sensibilizar V.ªs. Ex.ªs. para a necessidade de encontrar soluções que possam melhorar a segurança e a qualidade de vida de todos os munícipes que, como eu, ali vivem ou utilizam aquela via. 1º ponto, são frequentes as ruturas das condutas de água de abastecimento doméstico em toda a extensão da estrada da Estação e suas perpendiculares. Assinale-se a prontidão e eficácia dos serviços municipalizados nas reparações solicitadas e, por outro lado, a demorada reparação dos passeios e estradas após as referidas intervenções. Estas ruturas, por si mesmas causam prejuízos no comércio local, estabelecimentos de serviços e restauração e causam a entrada de impurezas nas canalizações domésticas com consequências a nível de segurança do consumo, bem como de danos em eletrodomésticos. Não posso também deixar de referir o recente e já

recorrente entupimento dos esgotos que a partir de uma tampa situada junto à rotunda inunda toda a rua deixando um cheiro nauseabundo que mesmo depois de resolvida a questão perdura por alguns dias. Seria interessante averiguar as causas de tão repetidas ruturas e avaliar uma intervenção de fundo naquela zona para resolver de vez estes inconvenientes. 2º ponto, na reta de 700 metros compreendida entre a rotunda que dá acesso à rua Dr. Magalhães Pessoa e a Estação não existe qualquer limitador de velocidade, existem 6 passadeiras numa reta convidativa a fortes acelerações e velocidade, como é constatado diariamente por quem ali mora, constituindo um perigo, quer pela velocidade, quer pelas constantes ultrapassagens em zona de traço contínuo e passadeiras e ainda um forte ruído, por vezes ensurdecedor, quando alguns condutores utilizam aquela via para levar ao limite as suas máquinas a altas horas da madrugada. Torna-se imperioso encontrar uma solução que restrinja estes excessos como, por exemplo, a colocação de lombas limitadoras à semelhança da que foi colocada em passadeira existente junto ao viaduto da A19. 3º ponto, o troço compreendido entre a rotunda da Almuinha Grande e o viaduto da A19 tem iluminação fraca e pouco adequada e apenas do lado onde não existe passeio, a passadeira ali existente não tem mesmo qualquer iluminação direta sobre esta contribuindo para uma sensação de insegurança para quem tem necessidade de utilizar os passeios ou a passadeira no referido troço durante a noite. 4º ponto, no mesmo troço é frequente ver-se uma acumulação de tráfego de viaturas provenientes da A19 e da estrada da Estação que pretendem mudar de faixa para uma correta abordagem à rotunda da Almuinha gerando confusão na zona de troca de faixa com conseqüente entupimento na estrada da Estação e na faixa direita da A19. Seria relevante estudar uma solução que descongestionasse aquele local, como por exemplo, a abertura de uma 3ª faixa naquele troço. 5º ponto, muitos moradores utilizam o Polis cujo acesso a partir da estrada da Estação se efetua pela rua B, traçado a partir das hortas verdes que apresenta várias deficiências, é um caminho deteriorado pela concomitante utilização de veículos pesados e tratores que danificam o piso tornando-o quase impraticável, sobretudo em dias de chuva, creio que os habitantes da zona mereciam um acesso mais digno ao Polis. 6º ponto, não existe uma passadeira na rua da Capela na sua interseção com a estrada da Estação sendo este um local de passagem pedonal muito frequente sem qualquer proteção para os peões. 7º e último ponto, num aglomerado habitacional a laboração de uma fábrica, como é o caso da Plastidom, traz conseqüências desagradáveis para os habitantes, desde logo o ruído constante da maquinaria em laboração ou das manobras dos monta-cargas. Este ruído torna-se particularmente incomodativo, sobretudo no período noturno, para os habitantes dos prédios contíguos à referida fábrica. Por outro lado, a constante entrada e saída de camiões sem qualquer sinalética nesse sentido ou a acumulação de vários destes veículos estacionados e ocupando completamente ao longo de vários metros a faixa de rodagem da

direita, no sentido da Estação, causa constrangimentos frequentes no trânsito bem como o bloqueio de viaturas que estão devidamente estacionadas.

Termino, meus senhores, como comecei, não tenho por objetivo importunar, mas sim chamar a atenção para problemas reais, alguns deles certamente já identificados por V.^{as} Ex.^{as}, que se nada for feito a situação tenderá a agravar-se e tornará ainda mais desmotivador viver num lugar que parece ter sido esquecido. Com os meus respeitosos cumprimentos a todos saúdo cordialmente. Disse.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Jaime Martins.

*Penso que sim, agora terminámos o período de inscrição de munícipes **(gravação impercetível)** A senhora quer apresentar um assunto que não chegou à Mesa, é isso? Quanto tempo vai demorar para apresentar este assunto? **(gravação impercetível)** Não mais? Faz favor, podemos filmá-la e o áudio também é permitido? **(gravação impercetível)** Filme não, vamos cortar a imagem, faz favor.”*

Intervenção da munícipe Sónia Cristina de Oliveira Correia Tavares

Transcrição:

“Boa noite.

*Então, o assunto que me traz cá e perante aqui o corpo hierárquico da Câmara Municipal de Leiria é então só este, este senhor aqui ao meu lado esquerdo, Presidente deste município, senhor Gonçalo Lopes, tem conhecimento pessoal da calamidade que me aconteceu no passado dia 28 de fevereiro de 2024, dia em que um incêndio urbano me retira o teto e em que eu saio gravemente ferida e sou alojada no Hospital de Santo André durante 28 dias em que, no limite, eu tive perante a minha médica pedir a alta clínica. Fui visitada ao 4º dia por uma assistente social chamada Alda Vinhas, dos SAS, essas, essas, eu denomino casotinhas que resolveram criar a nível social e em que me foi transmitido por essa mesma senhora, e este senhor Gonçalo Lopes sabe exatamente o que eu estou a falar **(gravação impercetível)** muito bem **(Presidente da Assembleia Municipal – vamos tentar não estabelecer)** é grave porque os indeferimentos são todos assinados por si **(Presidente da Assembleia Municipal - Minha senhora, minha senhora vamos tentar ser sintética, apresentar o seu caso e depois no final o senhor Presidente, muito obrigado.)** Com certeza, então essa senhora ao 4º dia me diz que, incondicionalmente, eu, Sónia Tavares, poderei contar com todo o apoio social, não obstante o facto de eu ter descontado quase que 30 anos para a minha Segurança Social portuguesa de meu país. Neste momento, com uma incapacidade atribuída pela Unidade de Saúde Pública de 61%, um agregado familiar monoparental em que tenho 2 crianças institucionalizadas, uma com 10 e uma com 13 anos, tenho um pai detido na cadeia desde*

o passado dia 10 de novembro deste ano e estou a lutar com todas as forças que tenho e as que não tenho para recuperar as minhas 2 filhas e perante esta calamidade social em que todo o requerimento que eu faço, fundamentado, balizado com prova de tudo e tudo, de acordo com o FMES, de acordo com o Fundo Municipal de Emergência Social todo o requerimento foi-me indeferido. Posso-lhe até dizer, sotôr António Sales, que um dos indeferimentos e nomeadamente o do arrendamento, apoio ao arrendamento pontual é indeferido com um proforma de um ofício em que tem uma múltipla escolha e que a senhora secretária que o elaborou não soube qual das escolhas optar e então colocou em todas, todas elas vêm assinado ou pelo senhor Dr. Gonçalo Lopes ou pela Dra. Ana Valentim, da área social, isto está neste ponto, eu sou uma doente crónica do foro reumatológico, tenho necessidade de medicação, tomo a medicação contínua, um cartão social de apoio à medicação que rapidamente se esgotou em 2 meses e é o desprovido de qualquer auxílio a esse ponto. Nomeadamente a esse ponto, o meu médico de família que me acompanha, felizmente tenho um, tenho um já há muitos anos, sou munícipe cá, quer gostem, quer não, irá perfazer 10 anos, não sou de cá, sou natural de Oliveira de Azeméis e, neste momento, vejo-me cá e esta, esta vinda cá aconteceu porque eu não soube atempadamente que iria acontecer esta Assembleia, mas porque é de bradar aos céus, eu tive em mão própria o despacho de arquivo da senhora Procuradora e da meritíssima Juíza deste processo do incêndios urbano em que, eu não consigo desfolhar tão pouco porque é tão gritante, toda a reportagem da OPC feita pela Polícia de Segurança Pública e o arquivo do mesmo, lógico, eu saio dali, eu alugava um quarto dentro de um apartamento que não tinha nem contrato de arrendamento, nem tinha sequer o senhor proprietário seguro, não desejou procedimento criminal, mas o que se passa é que foi investigado pela OPC da PSP, efetivamente, toda, toda a prova feita ao processo ele é arquivado e eu, neste momento, vou poder dizer, eu estou a tentar renascer das cinzas com toda esta minha situação que acabei de referir. Muito obrigada.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Obrigado. Espero que compreendam que esta foi, de facto, uma situação excecional porque normalmente nós não aceitamos intervenções que não cheguem previamente à Mesa até porque o próprio Executivo necessita de previamente saber do que se trata para depois poder estar preparado para eventualmente responder.

Eu dava agora a palavra então ao senhor Presidente da Câmara, faz favor senhor Presidente da Câmara.

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito boa noite, senhor Presidente da Assembleia, na sua pessoa cumprimento...”

Intervenção do senhor **Presidente da Assembleia Municipal**

Transcrição:

*"Espere só um momento (**gravação impercetível**) Normalmente nesta fase era o senhor Presidente, mas se se algum dos senhores deputados quiser intervir antes do senhor Presidente. Alguém pretende intervir? (**Presidente Câmara Municipal – Mas, sobre este assunto?**) Sobre estes quatro, sobre este assunto ou sobre, na globalidade? Na globalidade, Ricardo? (**Presidente da Câmara Municipal - É preferível responder já, não?**) Normalmente nestes, nestes municípios não há abertura, pedia-vos então o máximo de síntese possível, está bem senhor deputado? Faz favor, senhor deputado. Mais alguém se quer escrever? Só o senhor deputado, muito bem. Pedia-lhe o máximo de, apelava à sua capacidade de síntese."*

Intervenção do senhor deputado **Ricardo Abreu – PS**

Intervenção:

"Obrigado, senhor Presidente.

Quero só, vou ser bastante breve, obviamente, naturalmente que eu quero abordar a intervenção do munícipe Francisco Pedro e, obviamente, quero começar por parabenizá-lo por ter aqui vindo, é sempre positivo quando vemos jovens a intervir nos demais espaços políticos que muito precisam do nosso, da nossa participação e do nosso envolvimento. Sei também que o Francisco apesar de ter, e muito bem, intervindo na qualidade de munícipe, como é o seu direito, sei que também é membro de uma juventude partidária como eu e que a sua proposta podia muito bem ter sido uma moção apresentada por um dos grupos municipais caso o Francisco fosse deputado municipal e, por isso, quero começar por fazer um apelo democrático e genuíno ao PSD, que nas próximas eleições autárquicas possam seguir o exemplo do Partido Socialista e tenha a iniciativa de colocar jovens em lugares elegíveis nos demais órgãos autárquicos para sermos mais, quantos mais formos todos ficamos a ganhar. Sobre a proposta que aqui nos traz, de promover a literacia financeira nas escolas, em particular o projeto-piloto que está a decorrer a nível nacional, o tema da literacia financeira é, de facto, muitíssimo importante e eu discordo que haja aqui alguma fratura ideológica entre esquerda versus direita, o que há é uma diferença sobre quais devem ser os conteúdos concretos lecionados na, no âmbito da literacia financeira porque, aliás, quem criou o tal projeto piloto foi o Governo do Partido Socialista e, portanto, cabe agora ao Governo da Aliança Democrática implementá-lo. Queria só dar algumas notas que o tema da literacia financeira e educação para o consumo já faz parte do currículo de cidadania, faz parte do 2º grupo de conteúdos da disciplina de cidadania e desenvolvimento o que implica que esse, esse conteúdo tenha que ser lecionado em pelo menos 2 ciclos do ensino básico e, portanto, já é, já é ensinado aqui nas escolas de Leiria como em, em todo o país, pode é não ser lecionado em todos os ciclos do ensino básico porque é competência

das escolas escolher ou selecionar dentro dos sistemas facultativos que temos, querem, naturalmente, lecionar, portanto, calha à competência da escola e é competência do Governo implementar o projeto-piloto, a Câmara Municipal não tem propriamente aqui uma competência concreta, obviamente tem o seu papel sempre de estar, de sempre em proximidade com, com os agentes da, da sua rede escolar, esta Câmara Municipal que, por acaso tem vários projetos de cidadania em vários âmbitos e de promoção do sucesso escolar em parceria com o tecido associativo e cultural que fazem em uma referência a nível de educação e, de facto, Leiria é uma referência nacional a nível da educação e para terminar, só dizer também que a Comunidade Intermunicipal de Leiria tem vários projetos, seja de empreendedorismo, seja de literacia financeira que desenvolve na, obviamente, na região de Leiria e por isso, obviamente, parabenoza pela, pela intervenção, pela proposta que literacia financeira é, de facto, bastante importante, bastante útil, mas, obviamente, não é competência concreta da Câmara, acaba por ser competência atualmente do Governo da Aliança Democrática, por isso dar só essa nota. Obrigado, senhor Presidente.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Então, boa noite, senhor Presidente da Mesa da Assembleia, na sua pessoa cumprimento todos os deputados presentes hoje nesta sessão, também o público que nos está a assistir quer aqui no teatro, quer os que estão a assistir em casa.

Tentar então responder às questões levantadas nesta sessão.

Relativamente ao Orçamento Participativo e à proposta nº 20, relativamente à criação de um espaço polivalente na escola Correia Mateus, de facto, é uma proposta que tem, tem mérito a exemplo de outras, portanto, todas elas têm mérito quer para as pessoas que as propõe, quer para as pessoas que gostariam de alcançar esse objetivo de a concretizar, mas o jogo é o jogo da democracia e por isso está sujeito a votos e dentro desse processo poderá existir efetivamente uma alteração ao regulamento, mas terá que ser o órgão próprio a tomar essa decisão, que são os membros que fazem parte da comissão que acompanha o Orçamento Participativo e, caso todos concordem, pois será possível ou não essa alteração. Neste momento, por muita pena minha, que eu conheço o projeto, eu não votei em nenhuma das propostas, não é? Mas esta é extremamente válida, no entanto, se abrirmos um precedente de repescarmos as propostas que não ficam em 1º, pronto, abriremos aqui um precedente muito, muito complicado. No entanto, uma vez que sobrou dinheiro, se eventualmente a comissão que acompanha o Orçamento Participativo concordar com esta reafecção, nada tenho a opor, pronto, porque, de facto, o orçamento tinha um montante global, se ele não foi esgotado neste ano ou passará para o próximo e sobe o orçamento ou eventualmente ainda poderá ser usado neste, mas nesse aspeto ficarei ao dispor daquilo que a comissão que prepara o regulamento, onde estão presentes

os membros da Assembleia Municipal, acho eu, dos diversos partidos juntamente com os serviços da câmara se aí concordarem não vejo inconveniente. Se não conseguirem alcançar esse objetivo o que eu propunha é que possam repetir para o ano a proposta, que acho que também é viável e reforçar a campanha e desejar que seja vencedor.

Depois, a intervenção do Jaime Martins sobre a estrada da Estação, eu agradeço a intervenção, reconheço algumas destas preocupações, eu próprio morei durante muito tempo nesta zona, é uma zona bastante congestionada, há coisas que dependem de nós, grande parte daquilo que foi apresentado poderá ser avaliado e melhorado pelo, pelo município. Há, no entanto, aqui dois aspetos que será um bocadinho mais difícil que é a abertura de uma 3ª via de que vai, quem sai da A19, já não dependerá de nós, e a questão da Plastidom que não percebi muito bem que tipo de solução é que propõe, não é? Embora perceba que, de facto, uma indústria daquelas no meio de habitação provoca constrangimentos, mas em todas as outras soluções apresentou soluções, no caso da Plastidom não percebi muito bem qual era o alcance do que pretendia, mas indo para aquelas em que foi claro, dos pontos todos, não é? Quer as ruturas de água, que resultam efetivamente de um sistema de fornecimento de água antigo cuja pressão provoca estas ruturas não só nesta rua, mas na rua, na estrada da Figueira da Foz, que dá acesso ao Rego d'Água, nós estamos a substituir, pretendemos substituir as condutas de uma obra superior a 200 mil euros e com isso iremos efetivamente melhorar o desempenho no fornecimento de água sem ter preocupações com as ruturas de água. Por outro lado, a própria via apresenta aqui as preocupações do excesso de velocidade, a lógica da iluminação, as passadeiras que deviam ser colocadas, o que é que eu ia propor? Uma vez que eu conheço muito bem o munícipe, porque é uma pessoa que já conheço há bastantes anos, ia propor uma reunião com o vereador Ricardo Gomes e o vereador Palheira, que tem o trânsito, e também com o presidente de junta para verificar que tipo de intervenções podem ser feitas, claro que a segurança para nós é uma prioridade sabendo que às vezes as lombas podem não ser a solução mais segura, pronto, mas acho que faz todo o sentido fazer essa visita e conseguir encontrar soluções para poder ultrapassar as questões mais, mais urgentes.

Depois, há aqui uma intervenção também sobre a literacia financeira nas escolas do Francisco Pedro, é assim, tudo o que tenha a ver com educação nas escolas nas mais diversas áreas, seja na parte da cidadania, seja nesta questão da literacia financeira e para o consumo são sempre temas muito importantes, as câmaras municipais têm um papel importante da educação. No entanto, há algo que temos que fazer sempre em articulação com as escolas, com os agrupamentos escolares para conseguirmos melhorar ou incluir conteúdos nas escolas, fora esses conteúdos curriculares ou dentro da escola temos sempre a possibilidade de desenvolver iniciativas fora da escola promovidas pelo município que

dinamiza estas temáticas e dentro da lógica do empreendedorismo e dos projetos de empreendedorismo temos algumas iniciativas nesta área, a par das de cidadania como o jogo do hemiciclo, onde, de facto, as escolas concorrem com projetos na lógica da promoção de ideias de negócio, que também é um tema bastante interessante e que vai de encontro também a esta lógica de pensar financeiramente os projetos e a sua sustentabilidade, no entanto, fica aqui o desafio também para a própria educação, vereadora da educação poder desenvolver outros projetos nesta área.

Depois, a intervenção, a questão do senhor José Luís Rogério vou pedir depois ao vereador Carlos Palheira para responder uma vez que ele foi visado na sua intervenção e poderá responder àquilo que aconteceu relativamente à queixa, a queixa foi respondida, pelo que me parece é que deu entrada por canais de denúncia que depois deram-lhe como resposta o arquivamento, mas teve resposta da câmara a partir do momento em que enviou por e-mail, a câmara não deixa de responder porque teve também oportunidade de ler a resposta até corrigir com ar de correção, não é? Que o ofício que recebeu até tinha uma imprecisão, nós respondemos, o canal de denúncias segundo aquilo que me parece fez o canal de denúncia, às vezes denuncia-se no canal errado e, portanto, o tema pode ter sido arquivado, isso é aquilo que eu penso, mas que por aquilo que me pareceu houve uma resposta a seguir ao momento em que enviou um e-mail e sobre a resposta e os esclarecimentos o vereador há de explicar.

Relativamente à intervenção das questões sociais, se eu tenho conhecimento do que aconteceu no dia 28 de fevereiro, passado 4 dias foi recebida no hospital por uma assistente social que tinha determinado tipo de características ou não e que, e que tem 60% de incapacidade declarada e todo o historial social de prestações, como é óbvio, eu não tenho conhecimento em detalhe nem do seu caso nem de grande parte dos casos particulares, para já porque são questões muito pessoais e as questões muito pessoais nem acho que tenho que ser eu a fazer porque não tenho a área, a área competente nesta, neste assunto e todas estas decisões não são uma decisão da vereadora ou do Presidente da câmara, eu vou explicar porquê, todos estes casos são analisados segundo regras, regulamentos, requerimentos, formulários são analisadas em rede com assistentes sociais da câmara, da segurança social, com a PSP, que a conhece muito bem, e por outros serviços, portanto, não é uma decisão individual, nem é o presidente que acha que o senhora não merece e por isso leva um ofício a dizer que está indeferido, isso não existe, nunca poderá existir e se existisse na minha câmara eu próprio assumiria responsabilidades por um tratamento discricionário e, para além disso, sempre que uma pessoa tem uma situação muito particular de necessidades sociais, elas próprias têm que ter um projeto de resolução e que não é sistematicamente requerer por ajuda porque conhecem, conhecem-se bem os casos, são 10 anos de presença em Leiria e, portanto, como é óbvio qualquer assistente social já

conhece os casos que são recorrentes e esses casos recorrentes obrigam a um esforço coletivo, quer de quem financia e apoia socialmente, quer de quem está a requerer esse apoio porque se não conseguirmos evoluir, se não quisermos dar um passo em frente e passarmos sistematicamente a reclamar apoio vamos estar daqui a 10 anos estará cá outro presidente e estará cá outra vez a reclamar dos serviços da câmara e de outro presidente qualquer e é só para lhe dizer que o facto da senhora vir falar à Assembleia Municipal sobre o seu caso pessoal e dizer que eu tenho conhecimento quando não tenho conhecimento dos motivos da recusa do apoio da câmara, mas poderei, mas tenho todo o interesse em sabê-lo na próxima segunda-feira e se for necessário posso apresentá-lo aqui na próxima Assembleia Municipal, pronto, e terei todo o gosto em explicar todo o seu percurso social já que é isso que me está a pedir. Muito obrigado, assim será feito.

Relativamente à questão do, relativamente às árvores eu pedia ao vereador Carlos Palheira para responder.”

Intervenção do senhor Vereador Carlos Palheira

Transcrição:

“Muito boa noite a todos, cumprimento os presentes na figura do senhor Presidente, na pessoa do senhor Presidente da Assembleia.

Respondendo à questão do senhor José Luís Rogeiro dizer que é importante nós percebemos que terreno estamos a falar, estamos a falar sim numa parcela que é do domínio público no âmbito de cedência ao município de loteamento 27/90 e fica entre a rua, como disse e bem, António Costa e a rua de Santo António. É um talude, é um talude que não tem qualquer acesso viário nem qualquer acesso pedonal, fica situado e encaixado entre edifícios, basicamente é um talude de muito difícil acesso e que as ações que temos de controlo por causa das questões de, de, ao nível dos incêndios é feita através dos serviços da proteção civil por causa da questão da gestão de combustível a nível do estrato dos arbustos. É essencialmente um talude onde existem freixos e oliveiras e não tem tido grande intervenção ao nível da manutenção do estrato arbóreo, não disse que esse crescimento excede largamente o que está referido nos limites da própria parcela. Há um pedido, há um pedido de requalificação, como bem sabe, e está lá feito ao nível da requalificação do imóvel existente na zona inferior do talude, e posso-lhe dizer que o processo de obras é um número 392/21, em que legitimamente a pessoa está a fazer a reconstrução de uma moradia que lá existe e este estrato arbóreo interferia largamente com a sua pretensão de fazer executar essas obras, posso também dizer que esse proprietário deste terreno efetuou um pedido à câmara para permitir se poderia ou não cortar as tais árvores que estavam a invadir o seu espaço e não lhe davam tempo para fazer a sua, para iniciar a sua, a sua obra. Perante estas dificuldades, o que aconteceu foi que o promotor sem qualquer autorização, e essa informação está na comunicação que lhe



foi dada como disse, e bem, no, no ofício 70440, ele fez o corte de uma árvore e fez a poda de mais 4 numa extensão até 5 metros no limite da sua propriedade. Posso também dizer que as suas comunicações foram alvo de atenção porque os serviços de fiscalização foram ao local e verificaram que estava a haver esta intervenção e perante esta intervenção comunicaram a divisão interna dos espaços verdes que se deslocaram no mesmo dia ao espaço e falaram com o encarregado da obra e nessa conversa que tiveram com o encarregado da obra, também está nesse ofício que lhe foi remetido, disseram que o senhor tinha imediatamente que parar com as intervenções ao nível do estrato arbóreo porque é propriedade privada. No âmbito destas intervenções foi feito, foi feito através dos serviços especializados da câmara, da DIEV, essa, essa proposta de uma poda de rolagem a essas árvores no sentido de preservar as árvores porque teria que diminuir as suas copas de forma a que não interviessem no lote que fica contíguo a essa mesma propriedade que está agora a ser intervencionada. É óbvio que este não é o modelo ideal de intervenção sobre o modelo de árvores, é o modelo possível até porque a solução que poderia ser colocada a este tipo de intervenção seria o abate das próprias árvores. Posso-lhe dizer que a intervenção foi um pouco mais tensa, tal como lhe foi comunicado que seria e que foi inicialmente planeado e que levou até ao abate das figueiras, mas que está, que tem imensos rebentos mesmo no espaço contíguo à própria propriedade onde está a ser edificada uma moradia. Relativamente à questão da intervenção, obviamente nós, como sabe, todas as intervenções que fazemos, fazemos de uma forma conservadora em todo o estrato arbóreo tirando situações pontuais em que é preciso haver uma intervenção um pouco mais robusta relativamente a esta questão. De referir, por exemplo, que o espaço que está contíguo a poente desse mesmo loteamento, como bem sabe tem edificado que está devoluto, não foi intervencionado, porquê? Porque não interfere com nenhuma habitação e as árvores continuam no mesmo sítio. Relativamente às questões que coloca, posso-lhe dizer que quem trata e quem faz todas estas intervenções foi naturalmente o serviço especializado da câmara da divisão interna de espaços verdes, quem fiscaliza foi a própria chefe de divisão e também o responsável pela, pela, peço desculpa, o encarregado da divisão, quem ficou com a madeira, como todos os sobrantes e tudo o que é de intervenções de espaços verdes, naturalmente são todos encaminhados para o horto municipal que é onde estão todos os nossos, os nossos produtos que vêm destas intervenções ao nível do estrato arbóreo e dizer-lhe que sim, que apenas foi solicitado apoio ao empreiteiro com o apoio da grua para retirar foram esse, esses ramos que estavam nessa própria propriedade porque não há outra forma de os tirar, já que ele tinha a grua pedimos e solicitamos ajuda ao próprio empreiteiro se poderia com a sua grua tirar os próprios ramos dessa intervenção e colocá-los numa viatura municipal que transportou todos esses ramos e todos esses derivados dessa intervenção para o horto municipal e,

portanto, dizer-lhe que toda esta informação ou grande parte dela já tinha sido dada a conhecer através desse mesmo ofício 70440 e que as suas intervenções foram atendidas e foram naturalmente registadas e agradeço a sua intervenção ao alertar para uma situação que era indevida e dentro da, das ações da própria câmara foram feitas relativamente às árvores que estamos a falar nessa parcela na rua de Santo António. Muito obrigado.”

****** PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ******

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** iniciou este período referindo a existência de uma recomendação apresentada pela União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes tendo dado a palavra ao senhor Presidente da União de Freguesias.

Recomendação “Isenção / Redução da tarifa de água e saneamento”

Intervenção do senhor Presidente da UF de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes – José Cunha

Transcrição:

“Boa noite, senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes na sala e quem nos segue pelas redes sociais.

Eu venho aqui apresentar uma recomendação que já vos foi distribuída, no fundo a recomendar à câmara que com os serviços municipalizados possam, e daí o título, promover a isenção ou redução da tarifa da água e saneamento. Considerando que as instituições particulares de solidariedade social, as associações culturais e as desportivas desempenham um papel crucial no apoio às comunidades mais vulneráveis promovendo a equidade, a inclusão social, o combate à pobreza e a melhoria da qualidade de vida de inúmeras famílias e indivíduos, considerando que as entidades acima referidas operam frequentemente com recursos limitados dependendo de doações, subsídios e outros apoios para garantir a continuidade das suas atividades, considerando ainda que a isenção ou redução das taxas de água e saneamento seriam de enorme relevância permitindo reduzir os custos operacionais das referidas instituições podendo estas alocar mais recursos para os seus programas e serviços essenciais. Assim, a Assembleia Municipal de Leiria reunida a 13 de dezembro de 2024 recomenda ao Executivo camarário que avalie com os serviços municipalizados de água e de saneamento de Leiria, o impacto e a viabilidade em criar uma tabela de taxas isentas ou reduzidas para os consumos de água e saneamento às IPSS e às associações do concelho de Leiria devidamente registadas e reconhecidas com critérios claros e transparentes para atribuição deste benefício. Saliento ainda que com este apoio o município reforçaria o compromisso com a solidariedade social, a cultura e o desporto criando condições para que as instituições possam melhorar a qualidade da sua atividade bem como dos seus utentes ou associados. Dadas as atuais dificuldades económicas e

sociais, esta medida demonstraria sensibilidade e cooperação em entidades que atuam na linha da frente do apoio social, cultural e desportivo.”

Intervenção da senhora deputada Alexandra Carvalho - PSD

Transcrição:

Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal permita-me que o cumprimente e na sua pessoa cumprimente todos os presentes na sala e on-line.

O PSD não podia estar mais de acordo com a recomendação do PS e vai votar favoravelmente, mas questiona: Quem é que vai suportar estes custos? Os mesmos que estão a financiar a tarifa social? Ou seja, todos os utilizadores do sistema que, como sabemos, contraria o preceito legal? É só.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

A recomendação, no meu entender, acho que deve ser atendida, é uma área em que somos muito sensíveis, consideramos o associativismo robusto e sustentável um fator de desenvolvimento do concelho, é por isso que também temos uma política de, de apoio e de subsídios bastante robusta, esta será um acrescentar aos apoios que já damos, é importante que a Assembleia perceba que as IPSS’s, clubes, grupos culturais já têm uma fatia significativa de apoio do nosso orçamento, portanto, aquilo que está aqui a propor é um acrescento a esse apoio, neste caso será um apoio em espécie, não é? Pronto, evitando um pagamento e é por isso que eu acho que antes de se se deliberar qualquer tipo de decisão, a proposta parece muito ajustada, de perceber junto desses contribuinte, desses consumidores de água do município e do saneamento que se possa avaliar qual é o volume de faturação que temos, encontrar critérios de avaliação e de justiça para que se possa depois propor na câmara, na Assembleia, portanto, acho que é uma boa proposta porque também tenho alguma curiosidade para saber qual é o peso relativo porque depois varia muito, não é? É natural que uma IPSS que tem um lar tem uma fatura da água assinalável, não é? Por exemplo, se calhar já um folclórico já não terá tanto, não é? Mas, por exemplo, um clube desportivo que tem um pavilhão ou que tem uma piscina, não é? Já tem um outro tipo de custo, portanto, temos que analisar, encontrar alguma justiça relativa, mas acho que é uma proposta que deverá ser atendida e que teremos todo o gosto em fazer essa, essa análise com os serviços do SMAS. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a recomendação à votação tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** continuou referindo a existência de uma moção apresentada pelo PCP tendo dado a palavra à senhora deputada Joana Cartaxo.

Moção "Defender a autonomia do Poder Local, rejeitar a imposição de tarifas da água pela ERSAR"

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo - PCP

Transcrição:

"Muito boa noite, senhor Presidente da Assembleia Municipal na sua pessoa permita-me cumprimentar todos os presentes e quem nos está a ver através das redes sociais.

Portanto, esta moção tem em vista a defesa da autonomia do poder local e, neste caso, rejeitar a imposição das tarifas de água pela ERSAR, portanto, o Governo aprovou em Conselho de Ministros realizado a 8 de agosto um Decreto-Lei que define as tarifas, os rendimentos tarifários e demais valores aplicando os valores de 2023 ajustados à taxa de inflação, cobrados nos termos dos contratos de concessão de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento para o ano de 2024 e que devolve à Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) as competências para a fixação das tarifas revogando a alteração introduzida na Lei do Orçamento do Estado para 2021 e regressando ao modelo em que os poderes tarifários são exercidos por entidade administrativa independente.

No dia 9 de agosto, portanto, no dia seguinte ao da aprovação, o Governo solicitou parecer à ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, revelando-se a audição tardia e meramente formal incumprindo a lei e o regimento do próprio Conselho de Ministros. O referido projeto de Decreto-Lei altera os Estatutos da ERSAR, revogando as alterações introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado de 2021, voltando a conceder a esta entidade competência para fixar tarifas em todos os sistemas de titularidade pública, incluindo municipal, emitindo instruções vinculativas em vez de, como presentemente em vigor, apenas recomendações quanto às tarifas.

Este retrocesso legislativo configura uma flagrante tentativa de limitar a autonomia municipal atribuindo a uma entidade reguladora poderes de definição de políticas tarifárias municipais que poderão contrariar a vontade expressa por órgãos democraticamente eleitos pelas respetivas populações, ou seja, dotados de uma legitimidade democrática que não se reconhece pela sua própria natureza e a uma entidade reguladora.

Assim, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em sessão ordinária a 13 de dezembro de 2024, delibera:

1. Manifestar a sua posição de princípio de que a ERSAR não é a entidade adequada à imposição e diferenciação de tarifas, considerando que estas devem ser ajustadas à realidade económica e social de cada território, numa lógica de serviço público e não numa

lógica puramente económico-financeira, sob pena de conduzir à elevação das tarifas para níveis socialmente inoportáveis em muitas regiões;

2. Reafirmar a necessidade de assegurar a sustentabilidade económica e financeira dos sistemas de água, saneamento e resíduos e que tal não se consegue apenas pela via tarifária, mas também por mecanismos de solidariedade regional e de combate às assimetrias, entre outros;

3. Reafirmar o compromisso de defesa do princípio constitucional da autonomia do Poder Local Democrático, com a perspectiva de que ao direito das populações ao abastecimento de água, ao saneamento de águas residuais e à gestão de resíduos sólidos urbanos devem corresponder serviços públicos sustentáveis no plano económico e financeiro, mas também social;

4. Manifestar a sua oposição a uma lógica de regulação que coloca o seu foco quase em exclusivo na questão tarifária secundarizando as matérias relacionadas com a qualidade do serviço prestado, com a sustentabilidade económica, social e ambiental dos sistemas de águas, saneamento e resíduos com a adoção de estratégias autónomas adequadas a cada território para poupança de água e de inovação para cada um destes setores ou com a garantia da acessibilidade de todas/os as/os cidadãs/cidadãos a estes serviços públicos essenciais. Portanto, ficamos a aguardar a votação na esperança que seja votada por unanimidade. Muito obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha - BE

Transcrição:

“Exmo. senhor Presidente da Mesa, exmo. senhor Presidente da Câmara, vereadores, todos os aqui presentes e os que nos acompanham lá em casa.

Eu subscrevo na íntegra esta moção / recomendação que foi apresentada pelo PCP, não sei é se nós teremos capacidade ou se a câmara poderá cortar estes laços com a ERSAR. O problema da ERSAR com o município de Leiria já vem de trás, nós temos o grande problema da Valorlis que subiu as tarifas de forma completamente absurda e que inclusive tivemos que rever o nosso orçamento dadas estas subidas. O que a Valorlis fez foi seguir as indicações desta entidade reguladora, foi da ERSAR, a gente implica muito com a Valorlis, mas a Valorlis tem um suporte que é a ERSAR. A ERSAR é uma entidade reguladora autónoma que não tem servido para os interesses dos municípios de Leiria. Penso que este assunto deveria ser discutido nessa toda sua amplitude, quer na questão agora da água, quer na questão dos resíduos e dos prejuízos que esta entidade reguladora nos está a causar e o senhor Presidente poderá junto do Governo tentar criar alguma influência para travar porque a ERSAR efetivamente não tem sido uma entidade reguladora que visa os interesses dos municípios e designadamente dos municípios de Leiria. Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Tiago Duarte - PS

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente. Permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes e todos os que nos estão a acompanhar em casa.

Analisando a moção apresentada, cabe referir que por princípio, o PS também não concorda que uma Entidade (neste caso a ERSAR) imponha as tarifas, podendo as mesmas levar a desequilíbrios e não estarem de acordo com a realidade dos seus territórios, portanto, ter uma tarifa única não nos parece adequado. No entanto, analisando o Decreto-Lei mencionado, ou melhor, foi mencionada a Resolução do Conselho de Ministros, o Decreto-Lei é o 77/2024, de 23 de outubro, que altera os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, provavelmente também pelo pouco tempo de análise, e isto não é uma crítica, o pouco tempo de análise face à receção desta moção, não entenda isto como uma crítica, senhora deputada, não encontrámos uma imposição de tarifas tais como as descritas na mesma. A única alteração que nos vislumbra diz respeito às entidades gestoras, em que se verifique a violação reiterada de disposições legais ou regulamentares em vigor, onde poderá ser acautelado o gradualismo nos ajustamentos tarifários recomendados. Nestes casos poderá existir uma, sob proposta do concelho tarifário, um parecer vinculativo quanto às tarifas a praticar e neste caso, ou seja, estamos a falar de casos que violam a lei de forma reiterada, mas como referido, face ao pouco tempo de análise, não nos foi possível aferir com mais pormenor estas alterações. Face ao exposto, o PS irá abster-se na votação. Muito obrigado."

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

De facto, a entidade reguladora compete esta, este papel difícil de conseguir revelar de uma maneira isenta, imparcial aquilo que é a definição não só do tarifário, mas também daquilo que é os índices de qualidade dos serviços prestados, sobretudo o serviço público, ou seja, nesta área do saneamento e do fornecimento de águas em baixa, como é o caso do SMAS, seja também em alta, como é o caso da atividade desenvolvida pela Valorlis que também tem uma responsabilidade na área do tratamento dos resíduos e, efetivamente, às vezes também fico com a sensação que meteram a raposa dentro do galinheiro, não é? E, de facto, a ERSAR que deveria ter um comportamento muito mais claro e transparente muitas vezes tem decisões ao quais desconfiamos ou porque a base com que tomam decisões ou informações, a base onde assentam as suas decisões ou recomendações ou pareceres ou relatórios tem informação insuficiente ou incoerente ou mesmo pouco transparente. Por outro lado, há sempre uma sensação de que deverá ser sempre o consumidor, o contribuinte a suportar qualquer tipo de tarifa, uma vez que quem presta o

serviço seja no SMAS, seja nas Valorlis da vida têm que manter a sua sustentabilidade económico-financeira. No nosso caso, do SMAS, nós temos uma aproximação entre aquilo que é a tarifa cobrada e os custos inerentes ao nosso funcionamento. No entanto, temos situações de tarifas na região bastante díspares, onde há concelhos que cobram muito menos e outros e outros que cobram mais e em concelhos vizinhos, isto para pessoas que vivem de um lado da rua é uma coisa e do outro lado da rua é outro, de facto, deverá existir uma tendência para criar uma harmonização do sistema só que os sistemas depois têm custos de investimento e de funcionamento muito diferentes uns dos outros, o do SMAS é efetivamente um dos mais completos, é um dos do país que tem a maior rede de distribuição de água, o que é uma coisa extraordinária, e foi dos primeiros a conseguir estender a água de consumo às torneiras dos leirienses e hoje tem grandes desafios, nomeadamente aquilo que ainda há pouco foi levantado por um munícipe que é muita desta estrutura hoje está obsoleta e vamos ter de voltar a investir, a adaptar, a corrigir estruturas que estavam, que estão atualmente subdimensionadas, portanto, para dizer que em teoria aquilo que é hoje aqui apresentado nesta moção eu revejo-me, em algumas delas, no entanto, o principal que deixava aqui sublinhado, o trabalho da entidade reguladora, no meu entender, peca por falta de transparência nas decisões, critério e muitas vezes olha mais para os interesses dos prestadores de serviços, do prestador do serviço público do que propriamente do, do utente ou do consumidor ou do contribuinte que está associado. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a moção à votação tendo a mesma sido **reprovada por maioria**, com **2 votos a favor** (1-PS, 1-PCP, 1-BE), **12 votos contra** (12-PSD) e **36 abstenções** (32-PS, 1-CDS-PP/MPT, 1-CHEGA, 2-Presidentes Junta).

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu continuidade ao “Período Antes da Ordem do Dia”.

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha - BE**

Transcrição:

“Exmo. senhor Presidente, eu trago aqui apenas uma questão muito breve que tem a ver com, com esta notícia que tem circulado relativamente à construção deste prédio na Marquês de Pombal, os andares, a volumetria. Eu tenho seguido as notícias conforme têm saídos na comunicação social e tenho visto que a câmara dando o seu valor por isso, que a câmara tudo fez e reuniu com os moradores ou uma organização de moradores que entretanto surgiu no sentido de tentar apaziguar esta situação e servindo de mediador o



que fez inclusive que o promotor da obra tivesse recuado e cedido em algumas das queixas apresentadas pelos então moradores.

A câmara neste sentido tem aqui um papel complicado porque como disse o Executivo, e bem, a obra em si, a obra em si cumpria todos os requisitos legais previstos no PDM, no RJEU, no RJUE e assim não restaria outra alternativa à câmara em termos legais que não fosse a aprovação desta obra. A minha pergunta é a seguinte, eu penso que todos nós aqui concordamos que o que aconteceu na avenida Marquês de Pombal foi um autêntico atentado urbanístico e esse atentado urbanístico que já leva alguns anos está nesta altura, em 2024, finais de 2024, a permitir que se construam prédios que eu ainda não percebi se têm 9, se são 9 mais 12 andares naquela mesma zona. Eu pergunto, se não fosse esta contestação dos munícipes, dos moradores aquele prédio era construído naquelas condições e permitam-me a expressão "ficaria ali mais um mamarracho" na Marquês de Pombal. E assim, a questão e a reflexão é a seguinte, como é que é possível passados estes anos todos, depois de tudo aquilo que a gente viu acontecer na Marquês de Pombal ainda seja permitido que isto aconteça, algo deverá ser feito a nível do PDM que não permita que se cometam os mesmos erros que se cometeram anos atrás e que não se permita que do nada em plena Marquês de Pombal se construa um edifício com 12 andares ou 11 andares. É apenas uma reflexão porque vi o papel que a câmara desempenhou e sei que também está obrigada ao princípio da legalidade e pouco mais pode fazer do que isso.

Para terminar, senhor Presidente da Câmara, apenas uma nota, o senhor Presidente, às vezes fica mais entusiasmado nas suas respostas e eu espero que aquela sua resposta que deu à munícipe quando falou que a PSP a conhecia muito bem seja por razões de necessidade social dela e que o percurso do âmbito de ação social que, que aqui disse também que iria apresentar pareceu um bocado levado com tom, com mau gosto e era isso que eu aconselhava que não acontecesse. Muito obrigado."

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo - PCP

Transcrição:

"Joana Cartaxo, PCP.

Em já mais de 15 anos consecutivos da gestão municipal, sempre com orientações erráticas, baixas taxas de execução dos planos plurianuais de investimento, vastas ininterruptas e caras operações de propaganda e muitos recursos públicos estafados dos mal chamados eventos há um traço comum que prevalece inalterado, servir interesses poderosos, política consubstanciada numa gestão urbanística de gestão do território em geral que já evidencia vários sinais do desastre que está em curso e com consequências futuras pesadas. Temos denunciado os demais casos em que se invoca sistemática e levianamente o estratégico interesse público municipal sem a devida demonstração ou fundamentação. Crescem sobretudo na cidade os indesejados casos de construções de

edificado à margem da regra do bom senso, das evidências que desaconselham que se aprove com dano sério para o ambiente e claro prejuízo para as populações, Já trouxemos aqui um exemplo do Arrabalde da Ponte, da freguesia de Marrazes, podemos trazer agora aqui um caso da Quinta de Santo António, na mesma freguesia, ou podemos trazer casos nos edifícios em construção no Bairro das Olarias, junto à estrada da Marinha, ou no pátio do Jordão, ambos nas freguesias de Leiria, ou mais recentemente o caso próximo que o deputado Manuel Azenha falou agora da avenida Marquês de Pombal nesta mesma freguesia agora alvo de uma operação de abafamento e silenciamento. A gestão urbanística do PS que alguns começam a apelidar de neoproencismo ou proencismo sem Proença é como reiteradamente temos vindo a denunciar a maximização do lucro fundiário a qualquer preço, é preciso travar este projeto, este trajeto e como na CDU defendemos inverter este caminho promovendo o planeamento e o ordenamento enveredando por um urbanismo novo, de respeito pela natureza e defesa do ambiente, capaz de mitigar e fazer face às alterações climáticas e que promova a qualidade de vida das populações ao invés do interesse, dos interesses prevalecentes no negócio imobiliário, só assim é que Leiria terá futuro. Ficámos a saber pelo relatório do Presidente que o tão polémico, mas abençoado pela maioria, Leiria sobre Rodas resultou num prejuízo para o município de 318.284 euros ora, portanto, 601.238 de despesa, ridiculamente apelidada de investimento, e 282.954 de receita. Claro que também nos dizem sem rir nem corar que o impacto económico é de 3.500 mil euros, assim certinho e redondinho, a câmara que não fez qualquer conta sabe lá limitando-se a criar e a propalar uma atoarda sem qualquer fundamentação técnica e muito menos base científica. Leiria merece claramente um outro rumo. Obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Luís Paulo Fernandes - CHEGA

Transcrição:

"Muito boa noite, senhor Presidente, muito obrigado. Cumprimento o senhor Presidente do Executivo, senhoras e senhores deputados, comunicação social e demais presentes.

Elogiar a atitude nobre do senhor Presidente concedendo que um munícipe pudesse, contra as regras, prévia inscrição, apreciei dando voz a um munícipe, era só um, afinal de contas não abre precedente, fica registado e elogiado da nossa parte.

Dois assuntos, um já aqui abordado pelo senhor deputado do Bloco de Esquerda, este prédio na avenida Marquês de Pombal, propriamente na rua D. João Pereira Venâncio. Nós temos conhecimento que apesar do município afirmar que cumpria, como disse o senhor deputado, com o PDM e RJEU nós temos conhecimento que temos moradores e munícipes a queixarem-se que o PDM foi alterado à pressa, o que precisamos é que, efetivamente, ver respondida esta questão, se foi ou não foi alterada à pressa, se houve alguma alteração ao PDM que tivesse a ver com esta construção para que não fiquem dúvidas dos munícipes perante as denúncias que também nos apresentaram. Também se queixam que deitaram

muros abaixo para construir então os muros do, do promotor e essa situação de, de conseguir que ele fizesse colocar um muro abaixo que já existia e que depois construísse então na propriedade que já existia, penso que devem ter conhecimento destas queixas, elas devem ser, elas devem ser respondidas, o município autorizou a construção e recomendava que se fosse respeitada a volumetria e o alinhamento e a altura do arruamento, o que se queixam os moradores, o que se queixam os munícipes é que, efetivamente, não vai ser respeitado. Também foi assegurado que ia ser construído um parque ou um jardim e que também não vai ser construído, portanto, este processo acontece uma mediação do município, vemos que o promotor acede corrigir, ora, se estava bem licenciado, se estava a cumprir as regras do PDM, RJEU e acede ceder, não é assim que parece que as coisas funcionam, se está bem deve ficar bem e devemos defender também, devemos defender também a atividade empresarial e construção pública, ao que temos conhecimento os munícipes queixam-se que este construtor é beneficiado em algumas obras do concelho de Leiria, tenho aqui por escrito e é, portanto, para nós muito importante que se esclareça porque os moradores queixam-se da falta de sol, queixam-se da falta de, dizem-se que foram enganados, mesmo assim com esta mediação ainda continuam a dizer que foram enganados e acusam esta alteração do PDM à última da hora, portanto, para o Executivo também é importante esclarecer cabalmente o que realmente aconteceu.

Outro assunto que queremos demonstrar preocupação tem a ver com a desagregação de freguesias. Toda a Assembleia Municipal aprovou, assim como as Assembleias de Freguesia, propriamente Monte Redondo e Carreira, Ortigosa e Souto da Carvalhosa e penso que também havia outro processo de intenção dos Pousos, processo diferente. O CHEGA e o deputado Luís Paulo Fernandes municipal e que também representa o partido no grupo de trabalho de freguesias mostra-se preocupado e apela à influência dos senhores deputados municipais junto dos vossos partidos, principalmente do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, para que até terça-feira, até terça-feira tentem perceber como é que podem auxiliar a vontade popular, nós também aprovámos nesta Assembleia Municipal, foi provado nas Assembleias de Freguesia e pode vir a acontecer aqui algum sentimento, permitam-me a expressão, de algumas sensibilidades de justiça porque poderão vir a acontecer freguesias nas mesmas situações virem a ser desagregadas nuns processos e outras não. Eu tenho que ter aqui alguma reserva de opinião porque, porque o processo ainda não está finalizado, mas o meu apelo vai mesmo nesse sentido, é que não adianta depois, o que puderem fazer façam-no no entretanto, na defesa dos fregueses da Ortigosa, do Souto da Carvalhosa, dos interesses que representam porque também tivemos conhecimento público, e aqui posso comentar porque é público, tivemos conhecimento público que a Câmara Municipal aprovou uma deliberação por unanimidade dando apoio,

este sim, este sim especificamente ao Souto da Carpalhosa e à Ortigosa, a este processo, e, portanto, até terça-feira, se se sentirem motivados a defender os fregueses junto dos vossos partidos, aconselho vivamente que o façam. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Acácio Sousa - PS

Transcrição:

"Acácio Sousa, PS. Boa noite.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimento todos os presentes e ainda os munícipes que acompanham online.

Na sequência da intervenção anterior, do sr. Deputado municipal, Luis Paulo Fernandes, que deverá saber bem melhor do que nós do que se passa na Assembleia da República, pois integra o grupo de trabalho para a desagregação das freguesias, venho recordar que, em 2013, quando da famosa Lei Relvas, o PS declarou-se contra, porque se tratou de uma agregação forçada sem levar em conta os históricos dos territórios a sustentabilidade financeira de cada um, nem sequer foram ouvidas as populações na forma que seria devida. Executada a lei, houve umas freguesias que se adaptaram sem problemas, outras continuaram a manifestar o desconforto da agregação. Quanto a estas, o PS, em Leiria, assim como a Câmara, cada qual na sua função, nunca quiseram interferir no trabalho dos movimentos promotores para a desagregação, mas acompanharam e disponibilizaram o apoio em função do sentimento das populações. Houve apoio de retaguarda, em contactos e outros, entre os quais com deputados do círculo de Leiria, como um encontro que aconteceu recentemente e onde estiveram várias pessoas aqui presentes e dos movimentos promotores.

Visto que, o grupo de trabalho em sede da A.R. já deu o seu parecer, como o senhor deputado Luis Paulo Fernandes sabe, só para a próxima 3ª feira está prevista a decisão política e assim nada se pode antecipar. Aliás, deverá ser o sr presidente desta Assembleia a quem deverá ser comunicado em 1º lugar e de seguida o sr presidente da Câmara que anunciarão, mas o PS de Leiria quer estar confiante que essa decisão venha a contemplar a Carreira e a Ortigosa, uma situação que ainda terá que ser publicada em lei para ser confirmada a desagregação.

Há muita coisa que vai sendo dita, como até de quem vota ou não vota, ou se escusa, mas são ditos, na próxima 3ªfeira veremos e o PS, em Leiria, quer estar confiante porque está com as populações e espera vir a dar os parabéns na próxima semana e dará o apoio, tal como a Câmara, face ao desafio e as novas responsabilidades, desde as comissões instaladoras até à reafirmação das freguesias.

Quanto à criação de freguesias, no modelo que enquadra a petição dos Pousos, sendo apenas 7, e crendo naquilo que os deputados disseram, esperamos que logo em janeiro a situação seja tomada na Assembleia da República e também se resolva favoravelmente.”

Intervenção do senhor deputado Ricardo Abreu - PS

Transcrição:

"Obrigado, senhor Presidente, na sua pessoa permita-me cumprimentar mais uma vez todos os deputados, autarcas, jornalistas e pessoal de apoio aqui presentes assim como todos os munícipes que nos acompanham aqui ou através das redes sociais.

Mário Soares teria celebrado um século de vida no passado dia 7 de dezembro. Embora já não esteja presente fisicamente entre nós o seu espírito e pensamento políticos e a sua marca perduram no nosso país. Mário Soares deixou-nos um legado que transcende gerações, foi uma figura incontornável da história de Portugal que soube ler o país e o mundo em cada momento e ajustar a sua ação política em prol de uma visão, essa sempre imutável, de um espaço de tempo com liberdade, democracia, dignidade e justiça social. É verdade que para as gerações mais novas como a minha Mário Soares e a sua vida só serão conhecidos através dos livros da disciplina de História, das páginas da Wikipédia ou de algum documentário ou série na Netflix, mas o seu legado vive intrinsecamente em todos os jovens que vivem hoje num Portugal democrático e aberto ao mundo através da integração europeia. Mário Soares é uma figura maior deste Portugal moderno onde todos os cidadãos são livres de expressar as suas opiniões e de elegerem os seus representantes, particularmente aqui no poder local, e onde direitos constitucionalmente universais garantem a liberdade individual e a dignidade e justiça social de todos. No mundo dos nossos dias marcado por ameaças existenciais como as alterações climáticas, o retrocesso democrático com a ascensão global de movimentos extremistas, crises económicas e sociais ou a possibilidade de uma guerra em larga escala é certo que a visão, a sabedoria, a coragem e a alegria de Mário Soares nos fazem muita falta, mas encontremos conforto no legado, nas ideias e nas palavras que nos deixou. Soares sempre soube que a dignidade e o progresso das nossas gentes só são possíveis ser alcançados através de uma política com empatia, solidariedade, integração e tolerância por isso relembremos o que nos disse Mário Soares enquanto Primeiro-Ministro aquando da assinatura do tratado de adesão de Portugal à CEE em 1985 e que podia muito bem ser dito nos dias de hoje, que este dia fique assinalado na história da comunidade europeia, uma data de bom augúrio para o futuro europeu, um futuro que desejamos solidário e de unidade capaz de propiciar aos povos das comunidades progresso e justiça social e de ser um fator de paz e de estabilidade num mundo conturbado dos nossos dias. Neste seu centenário recordemos Soares é fixe, obrigado Mário Soares."

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Obrigado, senhor Presidente e depois pedir para projetar aqui só uma imagem se fosse possível.

No essencial as intervenções têm muito a ver com as questões levantadas sobre a gestão urbanística, em especial a questão do prédio que foi ou que está em construção na rua D, João, D. João Pereira Venâncio, mas antes disso queria deixar aqui um apontamento sobre a intervenção do senhor deputado Manuel Azenha e da resposta que dei à munícipe. Para já eu respondi à munícipe que não estava inscrita, eu não estava preparado para responder a todas as perguntas que me levantaram, todos os outros se inscrevem com um objetivo, é que o Presidente ou os vereadores possam responder e, portanto, ela faz uma acusação direta dizendo que eu tenho conhecimento de coisas quando eu não tenho efetivamente, para já porque eu nem sabia que ela ia falar e quando falei que todas as respostas são dadas em rede é porque estes casos, estes e outros, não é só este, infelizmente temos mais casos sociais que nem sempre as respostas são aquelas que os municípios desejam e por isso, como nós conhecemos algumas das histórias também não queria confrontar aqui uma resposta mais detalhada daquilo que sabemos sobre o que está efetivamente a acontecer nesta situação agora não podemos nós, os políticos, ser visados e apontados sistematicamente como se tivéssemos a perseguir as pessoas como se fôssemos uns malvados ou que não tivéssemos coerência ou que não respeitássemos as regras só porque sim, também é por isso que eu respondi um bocadinho mais e estou arrependido de o ter feito, devia ter tido mais calmo, pelo menos é o que os meus amigos me dizem "Eh, responde com calma."

Sobre a questão da Marquês de Pombal, sobre a questão da Marquês de Pombal, pronto, para não responder assim mais entusiasta, há aqui uma coisa que tenho que dizer, das intervenções todas, ali para o senhor deputado do CHEGA, a acusação que fez é gravíssima, não é? Eu sei a técnica, a técnica é muito engraçada, não sou eu que estou a dizer, mas eu li aqui uma mensagem em que dizem, não sou eu, é alguém lá fora que mandou uma mensagem a dizer que a câmara já denunciou por mais de uma vez em outros projetos este empreiteiro, pois bem, o facto de ter tornado essa sua intervenção pública, eu vou exigir que o senhor deputado na próxima reunião pergunte a essa pessoa quais são os casos e que os venha aqui apresentar e com provas porque senão terá outras consequências relativamente à sua intervenção mesmo que não pense assim, é outro que está lá fora que lhe enviou uma mensagem. Depois sobre as questões da Marquês de Pombal e daquilo que era importante referir, o edifício não está na Marquês de Pombal, o edifício nasce nas traseiras da Marquês de Pombal e não estamos a falar de um quarteirão com uma praça no centro da Marquês de Pombal, isto é importante que as pessoas tenham a plena noção e quem é de Leiria conhece bem aquela zona. Agora eu percebo e é por isso que me empenhei neste processo porque tenho por hábito colocar-me também na posição de outras pessoas e perceber os motivos da sua reclamação e atenção, hoje convivemos com muito mais reclamação, mas com muito mais reclamação e nem todas são válidas,

mas temos que as ouvir a todas e para que o extremismo não cresça compete ao político moderno ouvir, esclarecer, debater e encontrar pontes, é por isso que atendi este e outros, já atendi outros e cada vez mais no futuro quem quiser estar nestas funções vai ter que se adaptar às comissões, aos abaixo-assinados online porque antigamente aquilo que diziam era, ou o senhor resolve ou eu mando chamar a CMtv, não sei porquê a CMtv deve estar noutras notícias, deixaram de chamar a CMtv, agora chamam, vou fazer um abaixo-assinado, uma comissão e vamos fazer pressão. Tudo bem, de facto é uma nova modalidade de fazer política com a qual temos que nos adaptar e que não é só em Portugal, é um pouco por toda a democracia existente. Isto só para dizer que não foi uma lógica de, de termos corrigido algo que estava mal porque aquilo que estava aprovado estava bem e estava segundo a lei e aquilo que nós fizemos foi, perante aquilo que é uma análise de uma reclamação, e as reclamações que nos apresentam e nós temos oportunidade de fazer um comunicado a explicar tudo aquilo que eram as dúvidas levantadas pelos habitantes, sobretudo da avenida Marquês de Pombal, em que diziam do número de pisos, das questões do PDM, das questões relacionadas com os afastamentos, tivemos oportunidade de responder por escrito àquilo que era o comunicado que foi divulgado por uma comissão de moradores, com a qual tive oportunidade de reunir no dia 3 de dezembro, e, naturalmente, há questões que são levantadas e que resultam de algum desconhecimento e, portanto, acabamos por aceitar algumas dessas críticas que são injustas e são erradas, mas, mas, por exemplo, para quem é deputado à Assembleia uma alteração ao PDM passa sempre numa Assembleia, o Presidente da câmara, isto é o bê-á-bá do urbanismo, quando se fala da excelência do urbanismo alterar ou rever o PDM é uma operação que demora anos, obriga a consultas públicas, obriga a deliberações em câmara e em deliberações na Assembleia. Pergunto, o senhor deputado participou neste mandato em muitas reuniões e, portanto, sobre este caso e nenhum outro nós tivemos qualquer tipo de deliberação nessa, nessa área para poder iniciar qualquer tipo de solução. Por outro lado, o que é que nós conseguimos alterar perante um projeto aprovado ilegalmente aprovado? Foi atender a uma das principais reclamações que nos foi apresentada pela, pela comissão, pela dita comissão que era a garagem, que tem uma parte subterrânea, portanto, abaixo do solo e outra que está à superfície, estendia-se até ao limite da propriedade do promotor e, portanto, acompanhava aquilo que era a cota inicial da rua de cima e, portanto, ela prolonga-se e no fundo fica um cubo encostado aos andares em frente cuja distância da varanda até esse cubo onde estão garagens é só o quintal, que são cerca de 6 metros, mais um espaço que é obrigatório dar que anda à volta 1,5m / 2m e, de facto, perante esta observação nós reunimos com o promotor e com a comissão e aquilo que era, olha, esta garagem se não inviabilizar a legalidade da aprovação, porque temos que garantir estacionamento, não é? Tem que haver estacionamento mínimo, então vamos tentar

eliminar e recuar aquele bloco lá para trás o máximo possível, e naquela reunião disseram "O ideal é tirar este cubo e encostar ao prédio." E foi esse o principal pedido e na reunião, confrontado com essa posição, o promotor primeiro disse que ia analisar, depois de conversarmos e de pedirmos que atendesse aquilo que é a importância de ter uma paz social sobre esta questão para que não haja um desentendimento, um clima, porque esta obra vai demorar tempo, ele percebeu que esse, o prejuízo desse recuo não teria grande influência naquilo que era as questões relacionadas com a sua construção uma vez que o estacionamento continuava a existir, agora não coberto, mas na superfície térrea e foi isso que se conseguiu e ficámos satisfeitos porque conseguiu-se atender ao pedido daquela comissão. Depois há a questão de saber se uma pessoa concorda ou não com a arquitetura, com a volumetria, pronto, eu, como é óbvio, não vou fazer comentários sobre peças arquitetónicas porque eu também tenho uma opinião muito pessoal que não interessa para aqui dizer, pronto, não vou, nem daquela nem de outras que há pela cidade e, na minha opinião, devíamos, de facto, ter no futuro cada vez mais peças de prédios e de habitação que tivessem, tivessem uma arquitetura mais elaborada, pronto, no entanto, esse é tema que não é tema de análise em termos técnicos, é sim, do ponto de vista estético e, no entanto, nós percebemos perfeitamente que não só este prédio, mas outros e outras soluções, por exemplo, só vos dar a ideia do que é que é hoje a participação cívica, o envolvimento das pessoas nos seus próprios pedidos, não é nos pedidos de outros sítios que comissões de moradores, elas não existem, elas só existem quando há um interesse pessoal porque a legítima, a legítima participação cívica é aquela que acontece efetivamente nos órgãos democraticamente eleitos e espero que seja nos partidos e nos movimentos independentes que olham para uma escala não do seu interesse pessoal ou individual, mas coletivo e, portanto, sempre que daqui para a frente sempre que existir falta do médico de saúde cria-se uma comissão contra a ausência de médico de saúde no centro de saúde xpto, porque são muitos, mas antes disso, enquanto tiver médico de saúde não quer saber da saúde, a freguesia ao lado pode não ter médico, mas quero lá saber, portanto, vai acontecer cada vez mais o aparecimento destes movimentos orgânicos, o exemplo é o Stop, o sindicato do Stop surgiu assim, há movimentos sindicais que hoje estão a ser ultrapassados por este tipo de movimentos e, por exemplo, um outro movimento em que nós retirámos estacionamento onde as pessoas habitualmente e tradicionalmente estacionavam em cima do passeio e optámos por retirar esses lugares de estacionamento para que as pessoas pudessem passar com peões, com, pronto, com carrinhos de bebés, etc. porque é, de facto, hoje uma exigência também importante, conflito na rua porque tinham aí 10 lugares onde estacionavam ilegalmente e que agora passavam a ser multados, eu também atendi e também era um movimento e uma comissão daqueles dois prédios logo a seguir à escola, à escola branca e chegámos a um consenso



que é os carros que antigamente estacionavam em espinha passam estacionar ao longo da estrada conseguindo ter passeio e ter estacionamento, pronto, quando conseguimos o pleno nós alcançamos um objetivo político relevante, eu acho que ali neste prédio é impossível alcançar uma unanimidade e na política é impossível, nos dias de hoje é impossível alcançar porque o discurso está, deixou de ser moderado, é só de extremos, mas quem está na política tem que fazer um jogo de equilíbrios reconhecendo que às vezes temos mesmo que sentar à mesa o A e o B, o que é contra e o que é a favor e tentar encontrar dentro das tais linhas vermelhas, não é? Que ainda há pouco se falou e na política hoje há, de facto, entre os intervalos de linhas vermelhas a necessidade de se conseguir debate a pensar posições de um, de um projeto que estava devidamente licenciado e com direitos adquiridos e conseguiu-se fazer uma evolução que, no meu entender, é muito favorável, é muito melhor do que aquela que inicialmente a câmara tinha aprovado e foi graças a essa capacidade de debate e entendimento, argumentando dum lado e doutro e atendendo àquilo que, de facto, era um prejuízo, sobretudo daquelas pessoas que vivem até àquele 3º, 4º piso da Marquês de Pombal que passavam a ter uma parede em cima passado 6 metros e que agora a vêm recuada, eu não sei se já passei a imagem, que a vêm recuada para uma distância de 19 metros. Claro que para muitas pessoas o prédio nem devia existir, como é óbvio, pronto, mas aí não podemos intervir, mas achamos que mais vezes vamos ter que fazer estas intervenções e moderar aquilo que é uma aprovação, aquilo que é um interesse de construção com aquilo que é a sua interceção com as pessoas que já vivem há muitos anos naqueles sítios e que não estão à espera desse investimento e que de um momento para o outro ele aparece e vai aparecer mais, e vai aparecer mais porque hoje um terreno em zona urbana é apetecível para construção, pronto, também não a podemos impedir e nós ainda temos na zona de Leiria, estou-me a lembrar Humberto Delgado, Nossa Senhora de Fátima, temos ainda muita zona onde vão aparecer prédios, os terrenos estão lá, alguns são loteados outros não, atenção, isto não era um loteamento, se fosse loteado havia uma ferramenta de planeamento onde já assentava as decisões e, portanto, não teria, a ferramenta decisão seria hoje, aquilo foi um processo de construção, como foi dito e bem, de há muitos anos atrás cujas regras não existiam e, portanto, a partir do momento em que se constrói um prédio na Marquês de Pombal de 9 andares e atenção, o prédio que está aqui tem 9 andares, a única diferença é que assenta numa plataforma de garagem que sobe alguns pisos à superfície porque utiliza como cota de referência a cota superior da rua de cima de onde é a entrada do prédio, pronto, e é no essencial o que eu vos queria transmitir relativamente à explicação sobre esta, sobre este prédio e, naturalmente, estamos sempre disponíveis para ouvir as reclamações dos munícipes e atender àquilo que é a nossa capacidade de intervir ou diretamente através do nosso orçamento, corrigindo aquilo que está errado porque atenção, a primeira coisa que eu perguntei neste processo

"Mas tomámos alguma decisão errada e ilegal?" E que me disseram "A legalidade está cumprida." Pronto, eu admito, atenção, no dia em que me disserem assim "Olha, metemos argolada." Eu sou o primeiro a querer corrigir, atenção, eu não posso perder a confiança nos meus serviços e a partir do momento em que dizem "Está tranquilo." Eu estou tranquilo, mas também estou, já lhes disse mil vezes, e estão aqui os vereadores e e não me deixam mentir, que é errar é humano e a pior coisa do erro é a gente não o corrigir, portanto, se estiver errado digam e a gente corrige e assume as responsabilidades que tivermos que assumir. Neste caso, este recuo não foi um erro, foi o bom senso que permitiu quer do promotor, quer a intervenção da Câmara de corrigir ou de melhorar, que é a palavra mais ajustada, uma solução que acalma socialmente uma intervenção e que, e que pretende retomar, toda aquela gente vai ser vizinha, não é? E aquela obra vai demorar tempo, é a obra mais, é a obra, as pessoas estão lá a trabalhar e já disseram todos os dias tenho pessoas na varanda a filmar a obra, portanto, é uma obra também vigiada e que cria alguma expectativa e depois mandam mensagens, mandam fotografias, o senhor está a levantar o muro ou não, portanto, e, de facto, eu também não posso acompanhar tudo porque não sou o fiscal da obra, mas só para dizer que este acordo é para ser cumprido, de recuar a garagem, e, naturalmente, estamos sempre disponíveis também para ouvir a população não só neste caso, mas noutros para tentar encontrar as soluções mais consensuais. Muito obrigado, senhor Presidente."

DEFESA DA HONRA

Intervenção do senhor deputado Luís Paulo Fernandes - CHEGA

Transcrição:

"Muito obrigado. Senhor Presidente.

*Senhor Presidente da Câmara Municipal, o senhor Presidente está à vontade para ir para as instâncias que entender porque o senhor deputado Luís Paulo Fernandes pede sempre transcrição das suas palavras em ata, assim como exige que as suas sejam transcritas também. Se em algumas Assembleias Municipais já disse que o meu partido e talvez até que o deputado Luís Paulo Fernandes seja Trumpista, o que se passa, o que se passou na América é que o senhor Trump foi eleito democraticamente, sabe? E quando diz que eu estou aqui a levantar **(Presidente da Câmara Municipal - Eu não falei do Trump em nenhuma, em nenhuma zona da minha intervenção.)** Senhor Presidente, eu escutei com atenção **(Presidente da Câmara Municipal – Zero, se isso é honra o Trump que venha cá defender-se.)** **(Presidente da Assembleia Municipal – Eu, eu agradecia que fosse então o mais sintético possível.)** Eu agradecia que o senhor Presidente recomendasse ao senhor Presidente do Executivo que escutasse como eu escutei com atenção e que tive que me aguentar **(Presidente da Assembleia Municipal - Senhor deputado, eu dispenso as suas invetivas em relação à minha pessoa. Eu agora***

estou-lhe a pedir.) *Eu não disse em relação à sua pessoa. (Presidente Assembleia Municipal – Senhor, deputado, senhor deputado, senhor deputado, vamos tranquilamente e serenamente, o que eu lhe estou a pedir é para ser sintético na sua defesa de honra.)* *Eu estou a ser sintético e não me referia à pessoa do senhor Presidente da Assembleia, referi-me à pessoa do senhor Presidente da Câmara que pôs em causa que eu tinha recebido, disse até que eu tinha recebido uma mensagem no WhatsApp, o senhor Presidente é que vai ter que provar se eu recebi uma mensagem no Whatsapp, eu ouvi uma mensagem de WhatsApp, não interessa, está gravado. O que eu quero dizer é que, senhor Presidente, o CHEGA, os extremismos e o equilíbrio dos extremismos, o deputado Luís Paulo Fernandes veio aqui ler um email que a Câmara Municipal recebeu com o nome do empreiteiro e o Luís Paulo do CHEGA não, não referenciou o nome da empresa de construção porque é o equilíbrio de saber fiscalizar, saber defender os interesses dos municípios, portanto, eu posso-lhe provar, recomendo-lhe que o Executivo vá verificar no mês de dezembro a identificação da construtora, exatamente o que eu disse aqui, porque está aqui, senhor Presidente, não envio por Whatsapp porque não merece esse respeito.”* De seguida o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou para o “Período da Ordem do Dia”.

******* PERÍODO DA ORDEM DO DIA *******

Ponto 1 - Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor Presidente da Câmara Municipal comunicou nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para esclarecimento de questões.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou à apresentação do Ponto n.º 2 pois o Ponto n.º 1 não carece de votação.

Ponto 2 – XVIII Alteração Modificativa ao Orçamento de 2024 - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

A exemplo de outras deliberações, tem a ver com a autorização do reforço de verbas entre rubricas tendo em conta aquilo que é ainda a necessidade de efetuar pagamentos não só neste ano, mas, sobretudo dilatá-los para anos seguintes. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **39 votos a favor** (33-PS, 3-PSD, 1-BE, 1-PCP, 1-CDS-PP/MPT), **1 voto contra** (1-CHEGA) e **8 abstenções** (8-PSD), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **XVIII Alteração Modificativa ao Orçamento de 2024**.

Ponto 3 – SMAS:

Ponto 3.1 - XVII Modificação - XV Alteração Permutativa ao Orçamento e GOP's 2024-2028 SMAS LEIRIA - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Na mesma linha, no mesmo raciocínio relativamente à Câmara também o SMAS propõe aqui uma alteração ao orçamento em vigor e também projetar para o ano 2025 e 2026 uma necessária reprogramação das dotações orçamentais e que estão evidenciadas no documento que foi distribuído. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor **Presidente da Assembleia Municipal**

Transcrição:

"Talvez por uma economia de, por uma questão de economia de esforço e tempo dar-lhe também a palavra relativamente ao Ponto 3.2 - Alteração à estrutura orgânica do SMAS de Leiria, unidades orgânicas flexíveis.”

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Este ponto consiste na criação de duas unidades orgânicas novas de chefe de divisão, uma tem como principal objetivo reforçar a liderança numa área muito importante no SMAS e que até agora tem sido muito da responsabilidade do município que é reorientar um esforço para o planeamento, acompanhamento e obra daquilo que é a gestão das águas pluviais sobretudo, portanto, todos os projetos de drenagem das estradas que obedece essa dimensão também de sanear as nossas estradas, as nossas vias e outros, e outros edifícios daquilo que é as águas das chuvas, achamos que é muito importante este reforço, este reforço em termos de liderança e de divisão no SMAS e também uma nova unidade orgânica direcionada também para a área do SIG que nos será muito útil

naquilo que é a redução de perdas e a gestão do sistema para diminuir as perdas de água que é tantas vezes aqui assinalado como um ponto fraco do SMAS.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 3.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **39 votos a favor** (33-PS, 3-PSD, 1-BE, 1-PCP), **1 voto contra** (1-CHEGA) e **8 abstenções** (8-PSD), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **XVII Modificação - XV Alteração Permutativa ao Orçamento e GOP's 2024-2028 SMAS LEIRIA**.

Ponto 3.2 – Alteração à estrutura orgânica dos SMAS de Leiria – Unidades orgânicas flexíveis - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 3.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **39 votos a favor** (33-PS, 3-PSD, 1-BE, 1-PCP), **1 voto contra** (1-CHEGA) e **8 abstenções** (8-PSD), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Alteração à estrutura orgânica dos SMAS de Leiria – Unidades orgânicas flexíveis**.

Ponto 4 – Documentos Previsionais:

Ponto 4.1 - Orçamento para o ano de 2025 - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Obrigado, senhor Presidente.

Vou tentar fazer uma apresentação sem recorrer à apresentação aqui do PowerPoint de modo a ser mais rápido.

O orçamento municipal de 2025 é, portanto, é o último deste mandato. É um orçamento que atinge um montante máximo de 125 milhões de euros que resulta muito daquilo que é o aumento não só das receitas associadas, mas também um associadas a este aumento de dinâmica económica que resulta do aumento de impostos cobrados e outros tipos de receitas associadas a taxas muito delas relacionadas também com o imobiliário em virtude daquilo que é o crescimento do número de fogos e de habitação e de outros edifícios que se traduz também num aumento da receita associada e sabemos que uma das principais receitas estão associadas ao IMI e ao IMT e, portanto, demonstra-se aqui também esse crescimento sem aumentar as taxas porque é importante dizer que a taxa de IMI é mínima e, portanto, temos a registar esse aspeto. Por outro lado, também temos tido um excelente desempenho naquilo que é a execução dos, dos fundos das

candidaturas, seja do PRR, seja dos fundos europeus do FEDER que nos permite encaixar receita, receita extraordinária nos projetos sendo um dos municípios do país que melhor executa os fundos comunitários, em especial o PRR, em alguns casos até estamos a fazer obra mesmo antes de ter candidaturas aprovadas correndo esse risco.

Por outro lado, este orçamento na área da despesa representa um aumento de despesa também nos recursos humanos, não por sermos uma autarquia que tenha aumentado bruscamente o número de funcionários, é porque efetivamente houve um aumento dos salários na função pública e ainda bem para conseguirmos fixar alguns dos nossos colaboradores, uma tarefa que é muito difícil nos dias de hoje em virtude do setor privado ser bastante competitivo e nos estar a levar muitas pessoas do, do universo público para a esfera privada, como é exemplo o caso dos médicos, mas há mais exemplos, não é só a carreira de médico que está a sair do público para o privado, nós temos muitos funcionários que também estão a direcionar as suas vidas profissionais para o setor privado e, portanto, o aumento dos salários da função pública é muito importante para conseguirmos fixar alguns e nós, pronto, em virtude disso mesmo temos mais, mais despesa nesta área não pelo aumento do número de funcionários, mas, sobretudo por esta atualização salarial. Por outro lado, temos também um desempenho muito interessante naquilo que é a obra realizada, não tem sido fácil para o país e para as autarquias executar obras ao ritmo desejado, já falámos aqui várias vezes, nós vivemos hoje graves problemas também de falta de mão de obra e de capacidade de resposta das empresas de construção pelos mais diversos motivos, em especial porque efetivamente muitas das empresas de construção foram destruídas na crise do subprime e na crise das dívidas soberanas que desapareceram de Portugal, algumas foram para Angola ou para França, muitas não regressaram e outras simplesmente terminaram e desde essa altura até hoje temos vindo a recuperar o setor da construção a um ritmo muito lento, o que faz com que exista em Portugal esta crise de habitação, que não é única também há pela Europa, mas a justificação tem muito a ver com a falta de mão de obra especializada para tudo aquilo que é o ritmo de construção que se pretende para o país e ainda não começou a construção da alta velocidade, nem de um aeroporto, nem de grandes hospitais, portanto, nem da linha, basta ver, só a título de exemplo, a linha do Oeste demora uma eternidade a ser construída e, portanto, de facto, hoje vivemos num país que com muita dificuldade em marcar ritmo de obra, mas mesmo assim é o ano em que mais obra fazemos, o ano de 2024, e que projetamos para 2025 a manutenção deste ritmo, onde queria sublinhar dentro das obras a grande aposta na área da educação, com um montante bastante elevado de cerca de 15 milhões de euros só envolvendo as obras do centro escolar dos Marrazes, a da Dom Dinis e da Afonso Lopes Vieira, nunca antes fizemos tanto investimento na educação e no próximo ano



projetamos também a questão da construção do centro escolar de São Romão para aliviar a carga que sentimos hoje na zona mais urbana e, portanto, na área da educação, o ritmo de investimento é efetivamente grande, mas insuficiente porque depois temos, como foi hoje aqui mencionado, a Correia Mateus quer fazer um anfiteatro ou outras escolas querem mais um bloco, muito, muita exigência na educação, não vai ficar só pelo próximo ano, no futuro vamos ter que fazer mais investimento porque hoje temos muito mais população estudantil no concelho.

Depois uma resposta significativa e relevante na área do PRR, não só com investimento em 3 novos centros de saúde onde para além de termos comprado já os terrenos, já fizemos os projetos, já lançámos concurso e já adjudicámos a obra em dois, falta só adjudicar a obra, eu acho que não está adjudicada ainda, da Barreira, não é? Essa não está, os outros dois já estão, mas irá estar, portanto, vamos ter estas três adjudicadas no próximo ano com a obra a começar e, portanto, são 3 linhas de trabalho relevantes, poderão dizer "Bem, está a gastar dinheiro nos centros de saúde, mas não há médicos", não é? Geralmente é o que as pessoas levantam, também há aqueles que dizem "estão a gastar, estão a gastar dinheiro em creches, mas aquilo não é para portugueses, é só para estrangeiros." Nós vivemos hoje, efetivamente, de uma realidade de transformação social, o que não podemos é querer mão de obra em Portugal, essa mão de obra ser estrangeira, ter cá filhos e depois não ter o sítio para educá-los porque depois vai ter que se ir embora e, portanto, temos aqui um barril de pólvora, portanto, temos que criar aqui músculo social de resposta aquilo que é o aumento da população, daí a aposta nas creches e também nos centros de saúde porque no futuro se queremos ter a expectativa de ter médicos na função pública, eles só vão se tiverem condições, para além de ter condições de ordenado, se tiverem condições de trabalho que não é trabalhar na garagem da sede de uma junta, isso já não vai existir, isso só com um médico para atender um ficheiro, eles vão querer escala, vão querer equipa, vão querer massa crítica, vão querer objetivos e, por isso, precisam de centros de saúde também modernos onde possam instalar equipamentos de diagnóstico e de exames, etc. Portanto, a área do PRR está mais ou menos apresentada, tem uma forte influência no próximo orçamento, mas queria falar sobre a dinâmica económica. Nós temos em curso duas obras relevantes na área da economia, o topo norte do estádio está previsto lá o centro do negócios, o centro de negócios tem uma área dedicada a uma 1ª torre, que tem já um cliente, essa obra está em curso e está em bom ritmo, em princípio ficará terminado para o ano, e depois temos a zona industrial de Monte Redondo, uma obra de 5 milhões de euros que também está em curso, onde tem também associada à construção da estrada da Bajouca e, portanto, para o próximo ano muita obra vai surgir associada à parte da economia, pelo menos nestas duas áreas. Depois queria deixar também uma mensagem na área da

mobilidade, e a mobilidade tem influência naquilo que é a transformação da cidade, e o investimento é sobretudo feito na melhoria do material circulante através do novo concurso do Mobilis onde o vencedor do concurso terá que substituir as viaturas por viaturas elétricas e reforçar as cargas horárias desses autocarros, portanto, o nosso, o nosso pedido e aquilo que está contratado é que durante este ano consigam fazer essa substituição, não é feita logo no 1º dia do ano porque é impossível, porque eles ganharam o concurso têm que encomendar as viaturas e elas vão demorar entre 8 a 9 meses ou mais, pronto, nós vamos ser condescendentes nisso, podemos obrigar é que os autocarros entrem no 1º dia do concurso porque têm que os encomendar, como é óbvio, e depois temos também o investimento no novo terminal rodoviário, um processo que vai criar uma nova centralidade junto ao estacionamento do estádio retirando 200 autocarros do centro de Leiria diariamente, correspondendo a 100 expressos e 100 carreiras, esses 200 autocarros continuam a ficar na cidade, não no coração, mas na zona do estádio tendo uma nova dinâmica de entrada e saída na cidade, no meu entender, ou no nosso entender melhora a qualidade ambiental do coração de Leiria sem prejudicar o utilizador desse tipo de transporte que pretende chegar a qualquer ponto da cidade, seja às escolas, escola Domingos Sequeira ou à escola Rodrigues Lobo, uma vez que os grandes utilizadores dos transportes chamados intercarreiras ou aqueles que vêm das freguesias para o secundário que são os grandes utilizadores, que são os estudantes, o consigam fazer, acho que para a Domingos Sequeira, acho que toda a gente percebe que fica relativamente perto e não há um grande prejuízo, que a distância é praticamente igual, no caso da, da região onde está a Afonso Lopes Vieira, a D. Dinis e o próprio Politécnico também estamos a equacionar que nos circuitos antes de chegar ao estádio, ao novo terminal possam passar lá autocarros e descarregar alguns desses jovens junto das escolas. Portanto, na mobilidade há essa transformação e também no orçamento damos um destaque muito especial à lógica da segurança. Não é pelo tema da segurança estar na moda e queremos, e queremos criar aqui qualquer tipo de vantagem, nós, como sabem nós não tínhamos previsto no nosso plano de atividades as nossas promessas eleitorais ou as nossas propostas a questão da Polícia Municipal, mas temos uma noção muito exata que resulta daquilo que é o esvaziamento das respostas sociais que temos, o Estado Social está efetivamente emagrecido para a quantidade de pessoas que temos, é por isso que não temos médicos, é por isso que não temos enfermeiros, não temos polícias, não temos GNR, quer dizer temos, mas não chegam e depois como pedem à câmara para resolver porque é o político de proximidade, mas temos que encontrar soluções é preciso que encontrámos a "Bata Branca" para a falta de médicos, é por isso que quando temos necessidades na área da segurança investimos em câmaras de videovigilância e é por isso que estamos a pensar reforçar também a

nossa resposta nessa área através da criação da Polícia Municipal, porquê? Porque, de facto, na questão política, no relacionamento entre o cidadão e o poder político as pessoas depositam cada vez mais confiança no autarca na resolução dos seus problemas de proximidade, porquê? Porque o Estado português não responde à Comissão da Marquês de Pombal, não atende, o canal de denúncia do Estado português não dá resposta depois a um email, nem aquela senhora que veio aqui falar da questão social, nós conhecemos bem porque estamos cá todos os dias, portanto, este grau de proximidade na política para além de provocar o desgaste necessário, mas também só estamos aqui porque queremos, obriga-nos efetivamente a dar respostas que não estamos à espera dentro das nossas competências e aí à cabeça saúde, 2º segurança que são, efetivamente, as áreas onde o Estado português mais apresenta fragilidades. Nós na educação já temos um trajeto de participação, e ainda bem, e com provas dadas, esta escola da Afonso Lopes Vieira andou depois da iniciativa meritória da Parque Escolar que, de facto, foi visionária, não vou repetir as palavras da ministra a dizer que foi uma festa, não é? É um exagero, não foi assim tanta festa, festa é em Leiria, para fazer festa a gente percebe, agora, há quem diga que não, que só dão prejuízo e que não dão retorno nenhum, isto para dizer que, de facto, na altura a Parque Escolar conseguiu recuperar duas escolas secundárias e deixou aquela que mais preciso era, que era aquela onde existia mais dificuldades em termos de aproveitamento escolar, deixou-a de fora assim como deixou todas as escolas do 2º e 3º ciclo, a Maceira, a Correia Mateus, a Caranguejeira todas elas estão por fazer, pegámos na Dom Dinis porque é a maior, uma obra caríssima que tínhamos que fazer porque é nossa obrigação e vamos fazer mais cara do que o dinheiro que vamos receber e no início prometiam-nos o dinheiro e depois nem o chegaram a dar.

Para terminar, não esquecendo nenhum pelouro assim de uma maneira muito diagonal continuamos a fazer uma aposta muito grande nas questões da melhoria das vias de comunicação, em especial nas freguesias, há também quem use recorrentemente esta ideia que a câmara investe só na cidade e esquece as freguesias, nunca se gastou tanto dinheiro nas freguesias como nos últimos anos, nós em 10 anos mais que duplicámos os, os apoios às juntas de freguesia, atenção, não são obras da câmara nas freguesias, são os contratos interadministrativos, é os apoios financeiros e ainda bem que o fazemos e gostava de dar mais, mas também sei que ao dar mais estou a criar um esforço muito grande numa máquina de uma junta que assenta em muitas situações em autarcas que têm que fazer a proximidade, que é por isso que eles são bons, é por isso que há muito presidente de junta que, que ganha eleições e é essa a sua principal qualidade, é responder às pessoas, é atendê-las, é encaminhar pedidos etc., se a câmara, eu não, se a câmara coloca em cima deles a carga de fazer obra, mais obra, estoira e nós temos

que estimar o autarca de junta de freguesia porque sem ele nós não conseguimos desenvolver um concelho de uma maneira harmoniosa e tenho muito orgulho de todos os presidentes de junta, independentemente do partido pelo qual foram eleitos e, portanto, quando criticam a câmara que faz só investimento na cidade nós temos mesmo de o fazer porque a cidade não tem freguesia, a cidade é de todos, quando vêm à câmara não vêm a uma freguesia de Leiria, vêm ao concelho de Leiria, quando vão ao Hospital de Leiria nem é concelho, é região de Leiria que vem a Leiria, à cidade de Leiria. Nós temos respostas que ultrapassa a dimensão concelhia e regional e nós temos de ter a nossa cidade preparada, seja na mobilidade, seja na resposta, nas respostas dos serviços públicos, na educação em especial, seja na saúde, temos que ter, de facto, quando respondemos no coração de Leiria estamos a trabalhar para todo o concelho, eu não alimento muito estas questões de freguesias contra a cidade, a cidade é de todos porque senão na freguesia não conseguimos resolver todos os problemas, está ali um ex-presidente de junta a rir-se, não estou a dizer nenhuma piada. E no essencial é isto, acho que já me estendi demais, não foi? Muito obrigado pela atenção.”

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

"Boa noite, novamente. Joana Cartaxo, PCP.

Estamos a poucos meses do final do mandato e lamentavelmente não se vislumbra nenhuma novidade significativa nas Opções do Plano e no Orçamento. As propostas apresentadas refletem uma continuidade que não promove as transformações necessárias para o desenvolvimento que todos desejamos. Desta vez, a câmara cumpriu parcialmente o estabelecido no estatuto de Direito de Oposição e conseguiu exagerar ao conferir ao partido responsável pela gestão o estatuto de opositor. O PCP apresentou um conjunto vasto de propostas a executar em vários anos tendo tido o cuidado extremo de não colocar em causa o equilíbrio orçamental, cerca de 373 mil euros para 2025, 1.250 mil euros para 2026 e no total em vários anos um pouco mais de 52.300 mil euros, tudo projetos importantes para o desenvolvimento do concelho, alguns integram planos estratégicos municipais como é o caso da cultura. Propôs também sem outros custos que não o normal funcionamento dos serviços, o lançamento de várias áreas de reabilitação urbana para os mais relevantes aglomerados urbanos de génese antiga por todo o concelho. O PS, arrogantemente, fez praticamente tábua rasa deste significativo contributo. Mais uma vez se constata que no domínio do Planeamento e Ordenamento do Território, das ocupações dos solos, da urbanização e gestão territorial nada muda, apesar de haver uma aguda necessidade de o fazer. O projeto declarado do PS é o dogma de mercado que tudo resolve, as retrógradas conceções neoliberais orientam o PS e a

gestão municipal de Leiria não se distinguindo das outras forças políticas de direita, é por isso que não há perspetiva de haver planeamento territorial, basta consultar as opções do plano, plano urgentemente necessário, por exemplo, para a Barosa, por causa da linha de alta velocidade e da nova estação, ou para Monte Redondo por causa das óbvias consequências do parque empresarial. Ao contrário da propaganda divulgada pelos próprios, por mensageiros e por muitos reprodutores que por ali pululam o concelho e a cidade não estão num bom caminho e estes instrumentos não contém elementos de esperança. A continuação da política de direita da maioria é atestada mais uma vez pela ausência de projetos para a requalificação urbana da Maceira, a falta de apoio à freguesia de Marrazes para a criação de um grande parque verde na mata, o estudo da melhoria dos acessos entre Amor e o nó de acesso à A17 ou de uma ligação para peões e velocípedes entre Parceiros e o resto da cidade do lado nascente da A19, pela falta de investimento no sistema de transportes públicos urbanos ou a falta de vontade em requalificar os vários bairros onde residem milhares de habitantes, pelo abandono do centro cultural de Marrazes, que devia ser concebido como espaço para bailado, ópera e grandes concertos descentralizando como se fez, por exemplo, no CCB em Lisboa e a falta de verbas para construir estacionamento tão necessário num concelho onde tudo corre sobre rodas e está sobre a roda do transporte individual, as verbas e as ações para a infância e juventude apresentam novamente montantes insignificantes em linha com a incipiência da atividade para estas camadas. As linhas programáticas para 2025 continuam a ser sobretudo um objeto de propaganda para a autossatisfação mantendo enunciado lugares-comuns ou banalidades que já nos habituaram ou contém ameaças a merecer muita vigilância e combate, como é o caso da intenção de implementar o sistema PAYT na gestão de resíduos são linhas programáticas que mais uma vez não tem qualquer palavra para a exigência da regeneração do Pinhal de Leiria e matas adjacentes, que se esquecem do termalismo e de Monte Real e não querem saber de requalificação da zona de atividades económicas de Ponte da Pedra. Com estas Opções do Plano e este Orçamento mantém-se o território na deriva urbanística caótica que serve alguns, mas prejudica o interesse coletivo. Leiria precisa de outro rumo democrático, discutido com as populações, que melhore a qualidade de vida e abra caminho duradouros de desenvolvimento. Por estes motivos vamos votar contra. Muito obrigada.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhora deputada.

Antes de dar a palavra à senhora deputada Alexandra Carvalho, eu vejo algumas pessoas a abanarem-se, se não sei se as condições climáticas na sala estão bem ou não, se a refrigeração está bem, vamos continuar então, deputada Alexandra Carvalho.”

Intervenção da senhora deputada Alexandra Carvalho - PSD

Transcrição:

"Alexandra Carvalho, PSD.

Mais uma vez, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimento todos os presentes na sala e on-line.

Muito boa noite.

Lamentavelmente, mais uma vez, o orçamento do Município de Leiria para 2025 proposto por este executivo não traz novidades. Vem na senda dos anteriores, não é um orçamento de olhos colocados no futuro e não reflete um efetivo planeamento.

É um orçamento sem ambição, com obra reduzida, sem melhorias das condições de atração de empresas e pessoas, sem preparar um futuro melhor e, nem sequer, serve para cumprir as promessas eleitorais no último ano de mandato. Não é um orçamento para "Leiria, um território de excelência".

A missão da autarquia é prestar um serviço público de qualidade, que promova a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos, atuando em áreas como o desenvolvimento territorial, a mobilidade e os transportes, o ambiente, a saúde, a ação social e a habitação, a economia, a educação, a cultura, o desporto e a juventude.

Vejamos:

•Mobilidade? Melhoria da mobilidade? Melhoraria na mobilidade, com mais e melhor estacionamento, periférico, e transportes escolares e urbanos não poluentes e com horários atrativos e mais ciclovias, numa perspetiva concelhia e não apenas urbana?

Onde estão as verbas para novos parques de estacionamento? Contentemo-nos com o parque de estacionamento provisório nas Olhalvas, junto ao hospital.

Quais foram as medidas estruturais de mobilidade contempladas neste orçamento?

Temos o Terminal Rodoviário, mas que, por teimosia, vai comprometer uma zona cuja prioridade deveria ser a desportiva. E mais?

Onde estão as intervenções profundas para mitigar o problema da mobilidade? Onde está refletida uma política que combata o aumento das tensões sobre a malha urbana e que tem criado constrangimentos vários de mobilidade? Onde está refletida a oferta de transportes públicos interconcelhio e entre freguesias?

•Atração de residentes com mais habitação, a preços controlados. É com os valores inscritos no orçamento que irão cumprir este objetivo? Expliquem-nos como.

•Apoiar a instalação no concelho de empresas criadoras de emprego qualificado.

Finalmente, temos e congratulamo-nos com a zona industrial de Monte Redondo. E as restantes? Onde estão as verbas para zonas industriais infraestruturadas para instalação de empresas? Onde estão as verbas para os parques empresariais previstos no PDM, há décadas? Onde estão os parques da Maceira, de Santa Catarina da Serra e da Caranguejeira? Perguntamos. Onde estão no orçamento refletidas a melhoria das condições de competitividade para as empresas?

•Já para não falar da resolução definitiva do problema dos efluentes suinícolas e da requalificação da bacia do Lis, que não sendo da competência da Autarquia apareceu em primeiro lugar no programa eleitoral deste executivo e foi prometido aos leirienses. Onde estão então as verbas para erradicar a poluição do rio Lis, Senhor Presidente? Onde vemos refletida uma gestão integrada da Bacia Hidrográfica do Lis?

•Ainda sobre o ambiente, onde estão contempladas as verbas para o aumento do risco de cheias na cidade, nomeadamente, devido às obras no centro histórico, com um regulamento permissivo que fomenta maior impermeabilização? Onde estão estas verbas contempladas no orçamento?

•Educação

Concordamos com o Sr. Presidente. Dinheiro gasto na educação não é gasto. É investimento. Congratulamo-nos, finalmente, com a reabilitação da escola secundária Afonso Lopes Vieira e da EB 2/3 D. Dinis, bem como com a construção da escola básica de S. Romão. Mas não podemos ignorar escolas da cidade no limiar da rotura, nomeadamente a EB 2/3 José Saraiva. Claramente um investimento insuficiente-

•Freguesias

Quanto às freguesias, todo o apoio é mais do que necessário, dado o trabalho que executem no investimento de proximidade e na satisfação das necessidades dos seus residentes.

Posto isto, está, portanto, este orçamento preparado para criar melhores condições de vida que tanto apregoa o PS?

É este um orçamento com ambição e rigor?

É este um orçamento para "Leiria, território de excelência"?

Passemos agora à análise de alguns números.

- ✓ O maior orçamento de sempre, 125,6 milhões de euros (+13 milhões que o ano passado). Não é de estranhar, dadas as transferências de competência, nomeadamente, na educação, na saúde e na parte social. Mas convém lembrar que o que conta é a execução do orçamento e não apenas a sua mera apresentação e os aumentos dos impostos.*
- ✓ 77,6 milhões para despesa corrente e 48 milhões para despesa de capital, ou seja, 38% do orçamento para despesas de capital.*



- ✓ *Como sempre, são as rubricas de despesa com o pessoal (o que é natural) e a aquisição de bens e serviços que mais contribuem para as despesas correntes. Relativamente às despesas com pessoal nada a comentar. Quanto às outras, serão todos os bens e serviços adquiridos por este município contribuidores de melhor qualidade de vida dos leirienses?*
- ✓ *No lado da receita, mais de 43 milhões resultam de impostos diretos (41,3% do orçamentado e 89,9% do total das receitas fiscais), distribuídos da seguinte forma:*
 - *IMI - 18 milhões*
 - *IUC - 5 milhões*
 - *IMT - 13 milhões*
 - *Derrama - 7,3 milhões, com taxas de derrama no valor mais elevado permitido por lei, mas são criados os incentivos à instalação de empresas?*
- ✓ *Em relação ao IRS, não prescinde um cêntimo de IRS das famílias, não abdica da sua participação no IRS.*

Sr. Presidente, sim, é possível baixar impostos e ter mais investimento. Basta cortar nas despesas correntes desnecessárias. Atualmente, este executivo desperdiça dinheiro. Gasta muito no imediato e em coisas correntes; investe pouco na resolução dos problemas e na criação de melhores condições de vida para quem paga impostos tão altos. E fá-lo devido às suas escolhas políticas.

Não dizemos que tudo está mal. Mas o caminho trilhado não é o mais adequado em nossa opinião e não vai de encontro ao que foi prometido aos leirienses. Porque como diz e bem o Sr. presidente do município, o orçamento não é ilimitado. Há que fazer escolhas. Mas nem sempre as escolhas feitas por este executivo são as que evidenciam uma gestão mais económica, mais eficiente e mais eficaz e que vá de encontro ao real interesse das populações.

E não é criar, usando as palavras do Sr. Presidente, o "demónio" à despesa corrente, pelo menos a toda ela. Há despesa corrente com a qual concordamos. Já outra, que serve para populismos não podemos aceitar. Muito mais e melhor obra se faria certamente, com outras escolhas.

Não esquecer ainda, que dados os graus de execução da despesa e da receita, seremos "brindados" com a integração do saldo de gerência, já no início do próximo ano, reforçando ainda mais as despesas correntes, como vem sendo hábito com este executivo, ao contrário do que indicam as boas práticas de gestão, ou seja, mais de 62% do saldo de gerência irá direitinho para as despesas correntes, em detrimento das despesas de capital.

E repetimos: este orçamento não deixa de ser apenas um instrumento contabilístico que visa cumprir as disposições legais vigentes, totalmente desgarrado dos objetivos enunciados e mal discriminados, sem possibilidade de cumprir os compromissos assumidos por este executivo e sem permitir resolver os problemas estruturais do concelho.

Pelas razões expostas, o grupo municipal do PSD só poderá votar contra. Muito obrigada.”

Intervenção da senhora deputada Telma Curado - PS

Transcrição:

"Telma Curado, PS

Senhor Presidente da Assembleia cumprimento-o, e em si, cumprimento todos os presentes em sala e todos aqueles que assistem online,

Gostaria de começar por fazer um resumido enquadramento macroeconómico do país e da região antes de tecer um breve comentário à evolução do ponto de vista orçamental de 2022 a 2024 (abstendo-me naturalmente de fazer quaisquer comparações do ponto de vista patrimonial porque os elementos que recebemos têm apenas cariz orçamental), mas ao invés, estabelecer uma linha evolutiva, de novembro de 2023, novembro de 2024 e considerando as rubricas orçamentais previsionais para o ano de 2025 cuja comparabilidade tripartida seja macro relevante, chamemos-lhe assim.

Gostava antes de continuar, de salvaguardar um aspeto que considero extremamente importante do ponto de vista da emissão e partilha pública da informação orçamental e financeira e de naturezas complementares e subsidiárias, do Município.

Este Executivo tem-nos habituado a peças completas e explicativas que permitem ao leitor das mesmas, acompanhar aquilo que é a realidade das contas do município de Leiria. Que continuem este trabalho, de colocar à disposição dos munícipes informação financeira e de investimento relevante, transparente, consistente, com grande aderência à realidade ou em caso de desvio, devidamente justificado, e alinhado com os princípios estratégicos de desenvolvimento que se pretende para o nosso concelho e com as linhas orientadoras constantes das Grandes Opções do Plano e do Plano Plurianual de Investimentos. Por isso, enquanto munícipe, saúdo a contínua evolução da qualidade da informação financeira prestada!

Macroeconomicamente, o país assistiu em 2024 a uma redução da inflação, prevendo-se que no final do ano chegue aos 2,4%, fruto dos sucessivos ajustamentos em baixa da taxa de juro de referência, que provocou um aumento do rendimento disponível das famílias e a diminuição dos custos de financiamento das empresas. As projeções apontam para um crescimento económico de 1,6% do PIB. As exportações têm crescido a um bom ritmo. E além das exportações, também a aceleração do consumo privado,



fruto do aumento do rendimento disponível real, que deverá ser em 2024 superior a 6,5%, alinhado com o aumento da confiança das famílias, suporta a evolução da atividade económica de 2024, sendo que se espera que esta continue a evoluir positivamente em 2025, considerando o dinamismo do investimento observável. Não estando disponíveis dados concretos para 2024, para a região de Leiria, a partir dos dados do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, salienta-se o aumento em Leiria do número de empresas constituídas, em 6 %, entre 2021 e 2023, e uma diminuição em 33 %., do número de dissoluções, para o mesmo período.

As importações diminuíram 8 % entre 2022 e 2023 e as exportações aumentaram 13 %, de acordo com a mesma fonte.

Em termos populacionais, Leiria tem vindo a aumentar a sua população residente, em 1,4 % entre 2011 e 2021, de acordo com os dados dos Censos de 2011 e 2021, respetivamente, mas a trajetória de crescimento prossegue, com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia a contabilizar cerca de 134 mil pessoas no ano de 2023, o que corresponde a um crescimento de 3%, entre 2021 e 2023.

Relativamente ao município, o equilíbrio financeiro, outrora almejado, foi consistentemente solidificado e o município tem agora bases sólidas para se propor a investimentos adicionais, de natureza estrutural, com forte capacidade de autofinanciamento. O município tem presentemente uma saúde financeira visível pela:

- redução do prazo médio de pagamentos para 3 dias (2023) – que nos permite optar pelos fornecedores que apresentam a melhor relação qualidade-preço.*
- com conseqüente libertação de verbas de despesa corrente para investimento adicional a realizar no Concelho (ou seja, despesa de capital);*
- redução significativa do endividamento, fruto do objetivo determinado de liquidar financiamento, libertando espaço para potenciais novos financiamentos, que possam veicular reforço da capacidade de autofinanciamento (entre aspas) de mais e melhores investimentos no concelho.*

A redução do endividamento entre 2022 e 2023 foi de 14%, e a evolução das posições finais esperadas para 2024 é igualmente de redução, nomeadamente por via da conclusão do pagamento do empréstimo no BPI do investimento relativo ao estádio em setembro de 2024 sendo por isso a redução expectada de passivos financeiros, em 2025, de praticamente 9%.

- Existência de um nível de equilíbrio consistente entre o que é de curto prazo (receitas e despesas correntes) e o que é de médio longo prazo (receitas e despesas de capital) e uma melhoria da taxa de execução da despesa de 73% em 2022 para 81% em 2023. Os orçamentos dos anos de 2022 a 2024 foram orçamentos realizados em contexto de grande incerteza fruto inicialmente da fase de recuperação da crise pandémica em 2022,

da agressão militar da Rússia à Ucrânia em 2023 e posteriormente do agravamento exponencial do conflito Israelo-palestiniano em 2024.

Observou-se por isso um aumento das despesas fruto do:

- *Aumento do custo das matérias-primas*
- *Escassez mão de obra, nomeadamente, na área das empreitadas*
- *Aumento do custo da energia.*

Foram anos de elevada inflação, e tentativa de redução da mesma, por via do controlo das taxas de juro de referência, com impactos no poder de compra das famílias e capacidade de investimento das empresas e também do município.

Tal, levou genericamente a um aumento da despesa corrente (por via do aumento dos apoios, dos preços da energia, custos de tratamento de resíduos, transportes, ...).

Consequentemente, ocorreram limitações ao nível do investimento e das despesas de capital (menos obra, quer pelo aumento dos valores, quer pela falta de mão de obra), tendo-se tomado medidas significativas neste período, com vista a redução da fatura energética, com os consequentes benefícios, em termos de sustentabilidade.

Observou-se um aumento dos apoios às famílias (habitação social), aumento do apoio ao associativismo e reforço de meios para as freguesias cumprirem o seu papel de proximidade e descentralização da gestão operacional das várias rubricas, nomeadamente na educação.

A variação orçamental total em 2023 (2022-2023) foi de cerca de 4,4 M de euros, em 2024 (2023-2024) foi de 15 M, sendo que para 2025 é esperada uma variação de 13M euros.

Observa-se também um aumento do valor das grandes opções do plano de 2023 para 2024 de 65 M euros para 72 M de euros, e para 2025 prevê-se um valor de 82 M euros.

Genericamente, o orçamento do Município para 2025 prevê:

- *Aumento da despesa investimento (+28%)*
- *Aumento da receita de fundos comunitários (+17%)*
- *Aumento da receita de transferências correntes (+17%)*
- *Aumento da receita de impostos (+7%)*

Do aumento da despesa, destacam-se as despesas com pessoal, as aquisições de capital e as despesas com bens e serviços, expostos por ordem de grandeza, com o aumento da despesa do pessoal a privilegiar além das atualizações salariais também a valorização salarial, e o aumento do recrutamento nas áreas da educação, saúde e ação social (em especial por força da transferência de competências).

Das Grandes Opções do Plano para 2025, no total de 82 milhões de euros destaco:

- *Educação: 13 385 797,35 (22%)*
- *Os Serviços Gerais de Administração Pública: 13 385 797,35 (16%)*

- *As Transferências entre Administrações: 11 984 180,64 (15%)*
- *Os Transportes Rodoviários: 11 772 435,26 (14%).*

Da globalidade de todas estas rubricas destaco a reabilitação da Escola Afonso Lopes Vieira e da Escola D. Dinis, assim como a construção da Escola Básica de São Romão. Na saúde, a requalificação/construção de 3 novos Centros de Saúde: Barreira, Santa Eufémia e Pousos. Na ação social destaco o reforço do Fundo Municipal Emergência Social, na habitação a continuação da reabilitação de 35 habitações sociais do Concelho e construção de 50 novas frações, de acordo com Estratégia Local de Habitação e na cultura a reabilitação, a requalificação, restauro e conservação do Centro de Artes Villa Portela. Na indústria, o Parque Empresarial de Monte Redondo e nos transportes a construção da rotunda da Barosa e as melhorias ao nível das drenagens pluviais.

Este orçamento é acima de tudo um orçamento de início de recuperação dos investimentos que ficaram à margem fruto da conjuntura difícil dos últimos anos, em termos geopolíticos e macroeconómicos é um orçamento de criação de bases para relançamento do investimento global no concelho, com finanças sólidas, com o objetivo último de:

- *continuar a apostar na melhoria da qualidade de vida e no aumento do bem-estar da população do concelho,*
- *no aumento dos níveis de captação de investimento e consequente atração de mais e melhores recursos humanos, técnicos e monetários, para as empresas da região;*

Espera-se que o efeito multiplicativo desta estratégia gere o continuo crescimento e a fixação de pessoas e de empresas, de forma cada vez mais efetiva e consistente.

As prioridades municipais em 2025 continuam a suportar-se na realização de uma gestão financeira de rigor dando prioridade aos projetos com impacto significativo para o concelho, aumentando esforços para que Leiria se afirme como líder na captação de investimento empresarial, com foco na industria de elevado valor acrescentado, e desejavelmente, altamente inovadora, promovendo a sustentabilidade ambiental do concelho, e continuando a desenvolver medidas para promover a cultura, o turismo e o desporto, não descurando o apoio social à população mais carenciada e fragilizada e continuando a acreditar que a rede escolar do Concelho pode expandir, quer em termos públicos como em termos privados, de modo a contribuir para o aumento do sucesso escolar dos nossos alunos, nossos futuros líderes.

Estamos no bom caminho! Obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Luis Paulo Fernandes - CHEGA

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Na opinião do CHEGA, este, e na nossa opinião, será o maior orçamento de sempre de Leiria. Não nos espanta em anos de eleições, não será um orçamento amigo dos leirienses e será um orçamento assente em obra com suporte do PRR. Importa realçar que mesmo com maior orçamento sustentado em impostos na taxa máxima em sede de IRS não se vislumbram obras, não se vislumbram as obras fulcrais que deviam ser feitas, os esgotos continuam a ir diretamente para os rios sem drenagem, a nível de poluição apenas e só foi apresentado um estudo ou um projeto de intenção, não verificámos ainda a obra, vamos para o final do mandato e quanto à intervenção para a prevenção de inundações é igual a zero. Há muito pouca estratégia, há pouca falta de visão para resolver problemas com a habitação, principalmente de apoio aos estudantes e ao Politécnico. Também criticamos imenso neste orçamento a falta de estratégia para transportes, para a mobilidade desejada, Leiria cada vez mais sofre com a ausência de mobilidade e muito mais haveria para fazer ao nível da segurança. Este Executivo não cumprirá com o que se comprometeu e estamos no último ano de mandato. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Renato Cruz – PS

Transcrição:

"Muito boa noite.

Cumprimento na pessoa do senhor Presidente todos os presentes e todos os que nos acompanham.

Eu, às vezes, fico na dúvida se tenho acesso aos mesmos documentos que alguns colegas da oposição aqui vêm ler. Vir dizer que inundações, zero, temos várias obras de substituição, adaptação de coletores algumas no orçamento e algumas, já agora para quem anda na cidade, a decorrer e visíveis há algumas semanas e que estão no terreno. Na questão da mobilidade, temos um investimento, por exemplo, na construção da nova rotunda da Barosa que vem resolver um problema com décadas, décadas algumas, portanto, um orçamento que se pauta pelo rigor, pela consolidação das contas e, aliás, quando falamos, dizia há pouco o PSD, que é um orçamento que não tem os olhos postos no passado para que não se cometam erros

Nós vemos as declarações de voto, tanto dos senhores vereadores independentes eleitos pelo PSD, como pela senhora vereadora eleita pelo PSD e uma das obras que vêm reclamar é uma Expo Leiria, eu fiquei na dúvida se isto é uma obra de futuro, se é uma obra de passado quando vemos todas as obras deste género por este país fora a serem fechadas, a serem reconvertidas e a cometer erros que olhando para o futuro sem esquecer o passado nos levaram a que tenhamos neste momento uma dívida de 10 milhões de euros de capital e no passado recente tínhamos mais de 100 milhões de euros só de uma obra, essa sim, uma visão de futuro do PSD e não, não é esta a visão

de futuro que este Executivo quer, o que este Executivo quer é manter o rigor que nos permite ter um prazo médio de pagamento de 3 dias a fornecedores, um dos mais baixos do país, e não voltar ao tempo da governação PSD no município, que tínhamos 284 dias, portanto, disse. Obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

A intervenção do deputado Renato retirou um bocadinho a resposta que, que ia dar, de facto, há quem possa ver sempre o copo meio cheio ou meio vazio, também já estive na oposição e, portanto, tenho uma visão mais pessimista de quem está no poder, portanto, eu respeito uma opinião divergente daquela que é a nossa visão, pronto, e é natural acusar frequentemente quem está no poder, não tem estratégia e que não consegue levar o concelho por diante, pronto, mas há coisas que uma pessoa tem que reconhecer porque elas são evidências. O rigor financeiro, e a casa e as contas certas são números e a evolução é extraordinária porque, efetivamente, nós no próximo ano baixamos o número dos 2 dígitos em milhões a dívida bancária sem nunca termos contraído qualquer tipo de empréstimo e, para além disso, como foi dito e bem mantemos um nível de pagamento aos nossos fornecedores num prazo mínimo nunca antes alcançado o que faz com que as contas da Câmara tenham uma saúde inigualável muito diferente daquilo que foi as contas recebidas pelo governo do PSD há 14 anos atrás, eu sei que é chato falar da pesada herança, mas, pronto, isto é como tudo, nós também temos que fazer um exercício de memória para podermos reconhecer de onde partimos e onde estamos e depois há aqui também uma análise que eu gostava de fazer sobre as questões da estratégia e do tático, não é? E sobre a análise que foi feita, e muito bem, aqui pela, pela senhora deputada Telma, o mundo transforma-se com uma rapidez alucinante, o período pós-covid veio transformar o mundo. Antigamente, uma guerra em qualquer parte do mundo não tinha influência num concelho pequenino como o de Leiria no contexto mundial, mas a guerra da Ucrânia mudou radicalmente essa realidade provocando uma crise energética, uma crise de inflação que afetou todos no mundo e a Europa nos próximos anos vai passar dificuldades nunca antes assistidas no contexto geopolítico e, por isso, ter um pensamento prático, tático é obrigação de um político hoje em dia, isso ninguém me tira da cabeça, ninguém me tira da cabeça e quem não tiver preparado para isso vai fazer um péssimo desempenho como, como político, seja ele numa autarquia, seja ele no Governo de um país porque vamos estar sistematicamente em mudanças crónicas e quem tiver jogo de cintura e rapidez e antecipação vai conseguir trazer resultados para o sítio onde vive e, de facto, o nosso compromisso é com a melhoria da qualidade de vida das pessoas em momentos em que temos mais pessoas,

*menos investimento do Estado na resposta ao serviço público em que as autarquias têm que fazer um trabalho sobre-humano para fazer o seu trabalho e o trabalho do Governo que entrou em decadência, já expliquei isso desde a 1ª, na 1ª parte da intervenção, volto a sublinhar e, por isso, a despesa corrente que é tantas vezes diabolizada, a despesa corrente é aquela que limpa as estradas, é aquela que vai buscar o lixo a casa, às ruas, são as mesmas pessoas que são assistentes operacionais em cada, em cada escola primária e em cada pré-escolar que aqui reclamam que são poucos, portanto, é essa despesa que pagamos diariamente a um exército de funcionários, importa dizer que a câmara tem o menor número de funcionários por número de habitantes, por cada mil habitantes e por isso é que eu tenho um grande orgulho pelos resultados que conseguimos alcançar com equipas inferiores à de outros municípios e isso consegue-se muito com um pensamento, com uma resiliência, com uma capacidade de adaptação e antecipação do problema e a resolução e, por isso, quando se acusa "Ah, não tem visão estratégica", não, nós quando temos que mudar o nosso programa porque as condições mudaram nós não hesitamos um minuto e somos bons, é por isso que fomos considerados o melhor concelho do país no combate à pandemia, porque sabíamos que tínhamos que agir com rapidez e acho que é uma qualidade que temos, não é? Não fica bem dizer as nossas qualidades, mas acho que tem, não é por mim, é mais pela minha equipa que tem essas qualidades. Depois, e é verdade, no fundo, esta questão do covid é reconhecida e é por isso também que tivemos tantos votos senão também não tínhamos tantos votos como tivemos e continuamos com estas características o que é bom, o que é ótimo porque as pessoas estão à espera que a gente as defenda, que as proteja e a autarquia continua, felizmente, a ter essa, essa propensão e essa vontade. Depois, tu estás muito interventivo hoje, estás nervoso? Temos de chamar aqui o médico da Bata Branca para te dar um calmante **(Presidente da Assembleia Municipal – o melhor é avançarmos senão não comemos o bolo-rei.)** Portanto, no essencial era esta questão da, das contas certas, era a questão da estratégia versus o tático, que era importante aqui deixar sublinhado e da importância que atribuímos à qualidade de vida das pessoas, é aqui que temos que estar focados, e sabemos para garantir essa qualidade de vida nos dias de hoje é muito mais exigente porque somos muito mais e torna a nossa tarefa muito desafiante e muitas vezes incompreendida porque sempre acham que é pouco o que se faz e queria deixar este sublinhado e agradecer muito àquilo que é também a prestação de todos os colaboradores do município naquilo que é o sucesso da execução do próximo orçamento. Muito obrigado."*

O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o **Ponto 4.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **48 votos a favor** (33-PS, 3-PSD), **11 votos contra** (1-BE, 1-PCP, 8-PSD, 1-CHEGA) e **1 abstenção** (1-

CDS-PP/MPT) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Orçamento para o ano de 2025.**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha - BE**

Transcrição:

"Sinteticamente e após as análises aqui feitas por quem efetivamente percebe do caso, um orçamento não é mais do que a demonstração da execução da prática de uma estratégia, da estratégia política deste Executivo na qual o Bloco de Esquerda não se revê e por essa razão votou contra."

Ponto 4.2 - Demonstrações Orçamentais Previsionais 2025-2029. Demonstrações Financeiras Previsionais, Mapa de Pessoal, Plano de Formação, Perfis de Competências e Relatório da Proposta de Orçamento dos SMAS de Leiria para 2025 – Apreciação, discussão e votação;

Intervenção da senhora deputada **Joana Cartaxo - PCP**

Transcrição:

*"Portanto, são os instrumentos previsionais do SMAS para 2025. Joana Cartaxo, PCP. Em 1º lugar registamos e denunciámos que a câmara PS não cumpriu no que o orçamento e PPI dos SMAS diz respeito, que estás disposto no estatuto do Direito da Oposição. Depois, queremos deixar expresso que a CDU e concretamente o PCP não concordam com as orientações da ERSAR, como já vimos ilegítimas no quadro da autonomia do poder local que a Constituição consagra. Opomo-nos ao acatamento das orientações e, por isso mesmo não aceitamos que se dê cumprimento às mesmas, esta entidade devia ser meramente reguladora em matéria de tarifários para a água e as águas residuais. Assinalamos a contradição entre a afirmação de que se pretende fazer contenção de despesa para o reforço e consolidação financeira dos SMAS e a realidade dos sistemáticos saldos de gerência elevadíssimos a atestar ano após ano, **(gravação impercetível)** a menos e contenção a mais, cabe dizer que discordamos desta contenção que ocorre há anos e deixar expresso que a contenção só significa atraso e degradação das infraestruturas e do serviço. Face aos atrasos na conclusão da rede de esgotos e ainda mais nas ligações aos, aos utentes e na renovação da rede das águas estamos em desacordo com a expressa opção de não incluir novas ações no Plano Orçamental Plurianual. É por o PS levar a cabo uma gestão deste calibre, apesar de o CDS e o PSD terem feito o mesmo, que temos ruturas na rede de água permanentemente e perdas de rede superiores a 30% e esgoto doméstico a verter nas águas, nas linhas de água, incluindo a zona urbana da cidade. Se a previsão apresentada estiver*

razoavelmente aproximada, o saldo de gerência a 31 de dezembro de 2024 será superior a 13 milhões de euros, como a história da gestão do PS demonstra o que não se fez este ano dificilmente será recuperado no próximo. Como temos dito ou há falta de vontade ou inépcia da gestão ou as 2 coisas, o resultado não se altera o que prejudica o desenvolvimento do concelho, a qualidade de vida das populações e do ambiente. O PCP volta a afirmar que é necessário planeamento e um programa específico para ir renovando metódica e continuamente a rede de água do concelho e é ainda necessário que se conclua a rede de saneamento e que se efetue as ligações à rede. Não vemos sinais de que as políticas e a gestão venham a sofrer uma mudança de agulha bem pelo contrário, os projetos arrastam-se no tempo como tem vindo sendo hábito, é necessário e objetivamente possível fazer mais e num ritmo mais célere, a população vai continuar a pagar preços altos pela água e esgotos porque a ineficiência da gestão ao longo destas dezenas de anos com as responsabilidades para o PS tem um preço elevado. O PCP vota contra e reafirma a necessidade de um outro rumo para Leiria. Obrigada.”

Intervenção da senhora deputada Alexandra Carvalho – PSD

Transcrição:

"Alexandra Carvalho, PSD.

Mais uma vez, boa noite.

Relativamente ao SMAS, temos de começar por um problema crónico: as perdas de água.

Pelos dados recolhidos no site da ERSAR, entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos em Portugal, o valor da água não faturada no concelho de Leiria é superior a 30%, pelo que a qualidade do serviço é considerada insatisfatória. Este valor é claramente revelador de elevados níveis de ineficiência, com um desperdício superior a 1 milhão e 400 mil euros por ano. Torna-se, por isso, urgente resolver este problema de modo a que os gastos sejam otimizados, o que potenciará a prática de tarifas otimizadas fazendo com que os utilizadores não sejam onerados com as ineficiências do sistema, situação esta, que como sabemos, é recorrente.

A ERSAR, no seu último parecer sobre a formação de tarifas, datado de outubro de 2024, constata a ausência de previsão de investimentos na renovação do parque de contadores, recomendando este investimento, pois o mesmo contribuirá para a resolução do problema das perdas reais. Onde estão essas verbas no orçamento? A existir são suficientes?

Também para a ERSAR, a qualidade do serviço referente ao saneamento de águas residuais é considerada insatisfatória e as avarias em condutas, mediana. Portanto,

nestes três aspetos: valor de água não faturada, saneamento de águas residuais e avarias em condutas nada de bom a referir.

Passemos aos preços de tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos. Estes preços continuam muito altos. Os leirienses continuam a pagar uns dos valores mais elevados referente a água e saneamento, comparado com os concelhos vizinhos. Mas estes preços altos não se têm refletido em infraestruturas exemplares. Qual a razão?

Agora, vejamos alguns dos valores do orçamento:

Apenas um parêntese, primeiro. Diz-nos também a ERSAR que os SMAS não apresentaram os pressupostos utilizados nas projeções de gastos para 2025, considerando esta entidade que para diferentes rubricas, nomeadamente, e cito "rubricas relativas a aquisição de água em alta e tratamento de efluentes em alta (as que assumem maior peso na estrutura de gastos dos dois serviços) as projeções se afiguram subavaliadas face às quantidades previstas para 2025 e atendendo aos tarifários dos serviços em alta a serem aplicados em 2025". Fim de citação. Também e voltando a citar "as depreciações e amortizações para 2025 para o serviço de saneamento de águas residuais mantêm os valores apurados em 2023, não tendo sido considerados os investimentos e abates entretanto realizados assim como os previstos realizar em 2025, o que está incorreto". Fim de citação.

Há incongruência de dados. Por exemplo, e cito, mais uma vez: "as projeções de um aumento expressivo dos rendimentos a obter com serviços auxiliares no serviço de abastecimento de água e, pelo contrário, uma redução expressiva destes rendimentos no serviço de águas residuais, face aos reais de 2023, sem explicação aparente." Fim de citação.

Após este parêntese, relativamente à Venda de Bens e Serviços Correntes vemos que para 2025, está previsto um valor de 27.861.355,00 € e para 2026, 35.431.160,00 €. Reparem: temos um aumento de cerca de 7 milhões e meio, o que corresponde a mais de 25%. É basicamente água de 9.000.000 para 11.250.005. Porquê? Qual é a razão? Iremos assistir a um aumento significativo das tarifas? Ou é aumento de m³ vendido? Tanto num caso como noutro é preciso que nos expliquem.

•Quanto aos Recursos humanos

É referido no relatório de proposta de orçamento 2025 dos SMAS e cito "Para o documento e cito "Para o quinquénio 2025-2029, os SMAS pretendem promover o reforço do mapa de pessoal, consolidando a sua estrutura, em função de um maior grau de exigência e dos novos desafios." E "adotarão um novo modelo organizacional". Fim de citação.

Vemos através do Mapa de Pessoal, que existem 59 postos por preencher, principalmente nas áreas técnica e operacional. Vemos, igualmente, no quadro

plurianual de programação orçamental para 2025 uma dotação inicial para pessoal de 5 milhões e 600 mil euros (mais 2390 euros do que em 2024; sublinhamos mais 2.340 euros do que no ano anterior). Repararam, os senhores deputados, que para os anos seguintes, de 2026 a 2029, o valor de Gastos com Pessoal é menor do que aquele que é apresentado para o ano 2025? Não se entende.

Gostaríamos de perceber como é que estes valores permitem reforçar o mapa de pessoal, não esquecendo, nomeadamente, a valorização profissional dos trabalhadores, através como é referido no citado relatório, da progressão na carreira e na melhoria dos níveis de formação e qualificação, o facto de os postos de trabalho preenchidos terem aumentado (em 2024 eram 164 e passarão para 196, em 2025), bem como os valores das remunerações dos novos dirigentes. Também para a ERSAR e cito "relativamente aos gastos com pessoal e na ausência de fundamentação para os valores projetados, iguais aos apurados no reporte de contas de 2023, considera-se que os mesmos poderão estar subavaliados, tendo presente os aumentos salariais ocorridos em 2024 e expectáveis para 2025." Expliquem-nos então como irão fazer com os dados apresentados neste orçamento.

Já falámos de ineficiências do sistema. Então, como é que com este orçamento se resolvem essas ineficiências?

As despesas de capital representam cerca de 26% do total do orçamento.

Cerca de 2,5 milhões são para os sistemas de drenagem de águas. Mas ficamos mais descansados porque para 2026 o valor previsto é de perto de 7 milhões. Expliquem-nos a razão. Tem que ver com o Plano de Drenagem até 2030 anunciado pelo executivo para evitar as cheias?

Para captação e distribuição de água são alocados cerca de 3,5 milhões de euros, pelo que só uma pequena parte se destina à remodelação dos sistemas de distribuição de água mais antigos e degradados. Sendo este um dos principais problemas existentes, como é que os valores apresentados os resolvem?

Segundo a ERSAR, o nível de reabilitação de condutas é muito insuficiente face às perdas de água de 30%. Os resultados líquidos deviam, por isso, ser reinvestidos na reabilitação de condutas.

Verificamos, assim, que este orçamento é uma mera peça contabilística, mal fundamentado, que serve unicamente para o cumprimento das disposições legais vigentes, não sendo a expressão monetária de um plano de ação que vise eliminar as insuficiências do sistema de abastecimento de água e de saneamento.

Pese embora os esforços que se têm realizado no abastecimento de água e saneamento no concelho de Leiria, os mesmos não são de todo suficientes. Considera o PSD que este

orçamento é manifestamente escasso para continuar a fazer face aos problemas estruturais existentes, pelo que votará contra. Muito obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Tiago Duarte - PS

Transcrição:

"Obrigado, senhor Presidente. Boa noite, mais uma vez.

São aqui apresentados os documentos Previsionais para o período 2025 a 2029 do SMAS. Para o ano 2025, e à semelhança dos últimos anos, o Orçamento está inserido no plano orçamental plurianual (5 anos). Para o ano de 2025, verifica-se uma continuação do investimento quer da parte do abastecimento de água, como do saneamento.

Estão previstas despesas no serviço de abastecimento de água no valor global de €9.652.770,00, onde gostaria de destacar, além das obras de remodelação e ampliação das redes de água, da execução de ramais de ligação domiciliários de água e construção de condutas distribuidora diversas, a reabilitação rede de abastecimento água UF Santa Eufémia e Boavista, a rede abastecimento água Figueiras e a integração do sistema municipal de abastecimento de água no sistema multimunicipal – setor Marrazes Boavista, com um custo previsto de €1.200.000,00. Contar ainda a continuação da aquisição de contadores, de sistemas de telemetria e construção de zonas de medição de caudal (ZMC's) e de Válvulas redutoras de pressão (VRP's), essenciais para o controlo de perdas de água, permitindo, tal como é exetável, que as mesmas continuem a sua redução, à semelhança dos anos anteriores. Englobam os principais objetivos deste orçamento a remodelação dos sistemas de distribuição de água mais antigos e degradados e combate às perdas de água.

Quanto ao saneamento de águas residuais, estão previstas despesas no valor global de €7.069.650,00, do qual se destacam os seguintes investimentos na rede de drenagem de águas residuais em Aroeira, Rede de coletores dos lugares de Outeiro das Barrocas, Alcaidaria, Portela da Mata, Mata, Janardo (parte), Figueiras(parte), Insua e Pingarelhos, Colónia Agrícola, entre outros. E a continuação de execução de ramais de esgotos, remodelação de coletores e investimentos em estações elevatórias.

A par de todos estes investimentos, os documentos apresentados possuem um tarifário justo e adequado, de forma a acautelar a sustentabilidade económico-financeira, infraestrutural e operacional dos sistemas.

Existe muito trabalho a fazer, e bem sabemos que por vontade de todos nós, este orçamento deveria ser superior para suprir todas as necessidades. Basta lembrar que a nossa rede de abastecimento, além da sua dimensão (a maior do País) é na sua maioria antiga, aumentando a probabilidade de existência de roturas de água. Mas devemos considerar que os investimentos a fazer, e que são e devem ser priorizados adequadamente, não permitem fazer tudo de uma vez. Acresce ainda que mesmo que o

orçamento fosse superior, as mesmas poderiam não ser feitas na sua totalidade, em resultado da disponibilidade de mão de obra, como aliás já se verificou em situações passadas.

Face ao exposto, o Partido Socialista votará favoravelmente neste ponto. Muito obrigado.”

O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o **Ponto 4.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **48 votos a favor** (33-PS, 3-PSD), **10 votos contra** (1-PCP, 8-PSD, 1-CHEGA) e **2 abstenções** (1-BE, 1-CDS-PP/MPT) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente às **Demonstrações Orçamentais Previsionais 2024-2028. Demonstrações Financeiras Previsionais, Mapa de Pessoal, Plano de Formação, Perfis de Competências e Relatório da Proposta de Orçamento dos SMAS de Leiria para 2025.**

Ponto 5 – Teatro José Lúcio da Silva:

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Eu sugiro que, agora pergunto se no Ponto 5, relativo ao teatro José Lúcio da Silva, os diferentes seis subpontos, 5. 1 - Modificação, 2ª modificação do orçamento anual de exploração do Teatro, o 5.2 - Relatório de execução orçamental 2º trimestre, 5.3 - Designação do representante do município do Teatro, 5.4 - Indicação dos membros da Assembleia Geral do Teatro, 5.5 - Indicação dos membros do Conselho de Administração e 5.6 -Designação do Fiscal Único do Teatro José Lúcio da Silva, se podemos discuti-los em conjunto. Ok, muito obrigado, então. (gravação impercetível) Então está-me a dizer que o Ponto 5.1 e 5.2 (gravação impercetível) Podemos discuti-los um conjunto, muito bem, então vamos ao Ponto 5.1 - 2ª modificação do orçamento anual de exploração do Teatro, senhor Presidente da Câmara.”

Ponto 5.1 - 2.ª Modificação ao orçamento anual de exploração do Teatro José Lúcio da Silva - 2024, que se traduz numa revisão orçamental - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

Portanto, consiste na modificação ao orçamento do Teatro do presente ano com o objetivo de colocar na despesa, na rubrica despesa o montante de 392 mil euros, aproximadamente, referente aquilo que é a receita arrecadada não pertencente ao teatro José Lúcio, nomeadamente dos eventos que a câmara organiza, mas também dos

espetáculos que são realizados no Teatro José Lúcio em que resulta uma partilha de bilheteira com o artista ou com o produtor ou promotor do espetáculo e sempre que fazemos muitas vezes nos espetáculos que promovemos no nosso Teatro. Sobre o relatório de execução orçamental, que é o 5.2, é para conhecimento, estarei eventualmente disponível para responder. Muito obrigado.”

O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o **Ponto 5.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **48 votos a favor** (33-PS, 3-PED, 1-BE, 1-CDS-PP/MPT) e **10 abstenções** (8-PSD, 1-PCP 1-CHEGA) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **2.ª Modificação ao orçamento anual de exploração do Teatro José Lúcio da Silva - 2024, que se traduz numa revisão orçamental.**

Ponto 5.2 - Relatório de execução orçamental do 2.º trimestre/1.º semestre do Teatro José Lúcio da Silva de 2024 – Para conhecimento;

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.**

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Sim, eu posso ler aqui os títulos. Portanto, o 5.3 consiste na tomada de conhecimento da Assembleia que o, que a pessoa indicada para representar o município no Teatro José Lúcio da Silva nas Assembleias Gerais será o Presidente da Câmara. O 5.4 também é para conhecimento de que os membros da Assembleia Geral do Teatro José Lúcio da Silva serão constituídos pelo Presidente José da Silva Alves, 1º secretário Maria Helena Lopes de Carvalho Ricardo Mesquita e o 2º secretário Carolina Jorge Pombeiro. No 5.5, também para conhecimento, é a indicação dos membros do Conselho de Administração do Teatro José Lúcio da Silva, portanto, agora nesta qualidade de Empresa Municipal S.A., esqueci-me de dizer isso, portanto, é por isso que estamos a deliberar, a deliberar ou para ter conhecimento, será o Presidente do Conselho de Administração, será a vereadora Anabela Graça, por delegação de competências estabelecido no nº 3 do artigo 13 do Contrato da Sociedade, e como Vice-Presidente o José Manuel Pires. Depois, 5.6, aqui sim, carece de votação, a designação de fiscal único Teatro José Lúcio e aqui estamos a propor a sociedade de revisores oficiais de contas do Grupo Autárquico do Município de Leiria, a Oliveira, Reis e Associados, SROC, Lda., com sede em Lisboa e, portanto, passa ou é esta, esta empresa revisora aquela que faz todas as revisões das contas do município, do universo municipal, portanto, Câmara de Leiria, SMAS e Teatro

José Lúcio, EM, para o efeito é preciso que esta Assembleia vote esta proposta de revisor, de, de designação de fiscal único. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

Transcrição:

"Senhor Presidente, eu vou ser telegráfico até porque esta minha intervenção tinha mais cabimento, se calhar, no Orçamento uma vez que é lá que constava o Plano de Atividades do Teatro José Lúcio da Silva, no entanto, uma vez que estamos agora a discutir já como o novo organismo que será a empresa municipal, eu tenho apenas uma questão para fazer. Conforme se devem lembrar, nós o ano passado votámos aqui esta constituição de empresa municipal e havia como contraponto a criação de um serviço municipal. Nessa altura, estiveram em discussão particularmente dois pontos, um que se fazia referência ao regime de IVA, que poderia ser deduzido caso fosse uma empresa municipal, e a outra era a questão dos trabalhadores que enquanto serviço municipal estariam integrados na função pública e nesse sentido o seu patamar remuneratório não poderia nunca chegar ao que é pago normalmente para estes prestadores de serviços e nessa, nessa ocasião foi-nos aqui referido por um parecer, penso que estará aí o meu colega que na altura apresentou isto, que enquanto empresa, enquanto empresa local estes trabalhadores poderiam auferir ou deveriam auferir os vencimentos entre 1200 e 1500 euros, que é o que é pago normalmente para quem presta estas atividades. Ora, verificando o Orçamento para 2025 enquanto Empresa Municipal do Teatro José Lúcio da Silva verifica-se que os trabalhadores continuam a auferir perto do salário mínimo nacional, cerca de 900 euros, e a minha questão, e a minha questão é a seguinte, também, também nos é dito que está aqui, ainda está a ser finalizado um regulamento interno para que sejam atualizados, atualizados estes vencimentos, contudo, esse regulamento não está presente ainda nesta tabela salarial que nos é apresentada para 2025 e isto leva-nos à conclusão que afinal de contas os trabalhadores do Teatro José Lúcio da Silva continuam a ganhar o mesmo só que sendo na função pública tinham oportunidade de trabalhar 35 horas e agora têm que trabalhar as 40 e eu gostaria de saber se está previsto ou não o aumento destes trabalhadores quando for apresentado este regulamento interno, só será alterado o orçamento do Teatro José Lúcio da Silva, por forma a que eles então venham a auferir os merecidos 1200 ou 1500 euros que afinal serviram como fundamento para a opção da criação desta empresa. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Acácio Sousa - PS

Transcrição:

"Acácio Sousa, PS.

Também muito rapidamente, em relação aquilo que disse o senhor deputado Manuel Azenha, e com certeza o senhor Presidente melhor responderá, mas realmente este assunto terá, de facto mais a ver, com a discussão dos pontos agendados para a sessão do próximo dia 17, mas como o senhor deputado diz, a revisão de que fala implica a aprovação de um regulamento interno que define a estrutura orgânica do Teatro José Lúcio da Silva, as competências necessárias em cada patamar orgânico e, com certeza, as remunerações correspondentes. No entanto, isto só pode ser feito, como o senhor deputado sabe, após a posse dos órgãos sociais da Empresa Municipal e do fiscal único. Disse.”

Ponto 5.3 - Designação do representante do Município na Teatro José Lúcio da Silva, E.M., S.A. – Para conhecimento;

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.**

Ponto 5.4 - Indicação dos membros da Mesa da Assembleia Geral da Teatro José Lúcio da Silva, E.M., S.A. – Para conhecimento;

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.**

Ponto 5.5 - Indicação dos membros do Conselho de Administração da Teatro José Lúcio da Silva, E.M., S.A. – Para conhecimento;

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.**

Ponto 5.6 - Designação do fiscal único do Teatro José Lúcio da Silva, E.M., S.A -
Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5.6** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **38 votos a favor** (33-PS, 3-PSD, 1-BE, 1-CDS-PP/MPT) e **10 abstenções** (8-PSD, 1-PCP, 1-CHEGA) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Designação do fiscal único do Teatro José Lúcio da Silva, E.M., S.A.**

Ponto 6 - Quarta Modificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Leiria nos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Estes contratos interadministrativos visam atribuir verbas financeiras às escolas, neste caso aos agrupamentos escolares, para conseguirem cumprir com aquilo que é as competências do município e que assim ao delegar, ao delegar neles no ano de 2025 estaremos a ter respostas mais rápidas àquilo que são as competências que nos estão atribuídas e, por isso esse valor agora está a ser corrigido ou modificado para o próximo ano de 2025."

Intervenção da senhora deputada **Sofia Francisco - PS**

Transcrição:

"Sofia Francisco, PS.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa permita-me cumprimentar todos os deputados e Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia. Cumprimento o Exmo. Presidente da Câmara Municipal e todos os vereadores, cumprimento igualmente todos os que nos acompanham em casa e todos os restantes elementos aqui presentes.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, que regulamenta a transferência efetiva de competências em matéria de educação, e com a aceitação pelo Município de Leiria desta delegação de competências, estamos perante um processo que se encontra num momento de consolidação. Assim, é imperativo que se vão avaliando procedimentos, fazendo modificações, renovações ou acréscimos sempre que necessário, assegurando a eficiência e a eficácia deste processo.

Deste modo, no âmbito desta Quarta Modificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Leiria nos Agrupamentos de Escolas de D. Dinis, Colmeias, Caranguejeira e Santa Catarina da Serra, Marrazes, Rainha Santa Isabel, Henrique Sommer, Domingos Sequeira, Correia Mateus, bem como nas escolas não agrupadas Escolas Secundárias Rodrigues Lobo e Afonso Lopes Vieira — importa sublinhar que esta modificação vai ao encontro dos anseios manifestados pelas direções das referidas escolas e agrupamentos, com o planeamento da transferência de meios e recursos para 2025 de forma atempada.

As direções escolares, com base nos seus projetos educativos e nas necessidades identificadas, terão, por conseguinte, autonomia para gerir os montantes transferidos, permitindo agilizar respostas e assegurando uma gestão mais funcional e adaptada ao projeto educativo e às carências de cada escola, de cada agrupamento, de cada escola.

A descentralização de competências tem mostrado que a proximidade é essencial para fomentar mais e melhores oportunidades. No âmbito da educação, este município tem procurado garantir que este processo se consolide como um poderoso instrumento de transformação educativa e social no concelho de Leiria, reafirmando o seu compromisso com uma Escola Pública forte e integradora.

Porque leiria não é um município que traça linhas vermelhas, antes define caminhos inclusivos para abrir portas e criar oportunidades para todas as crianças e jovens do concelho. Obrigada.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 6** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **47 votos a favor** (33-PS, 11-PSD, 1-BE, 1-CDS-PP/MPT, 1-CHEGA) e **1 abstenção** (1-PCP) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Quarta Modificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Leiria nos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas**.

Ponto 7 - Isenção de pagamento de estacionamento no parque da Fonte Quente - Natal 2024 - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Portanto, corresponde a uma isenção neste período de dezembro tendo em conta, aplicada à 2ª hora do parque de estacionamento da Fonte Quente em virtude daquilo que é a realização de atividades natalícias e também daquilo que é o apoio ao comércio local.”

Intervenção da senhora deputada **Joana Cartaxo - PCP**

Transcrição:

"Joana Cartaxo, PCP.

No dia 16 de fevereiro de 2024 esta Assembleia tomou uma decisão importante ao aprovar, por maioria, uma recomendação proposta pelo PCP que defende a isenção da taxa de estacionamento no parque da Fonte Quente. Na altura, o senhor deputado Acácio de Sousa, da bancada do PS, salientou que esta recomendação seria premonitória uma vez que os serviços da Câmara estariam a realizar um estudo de viabilidade económico-financeira para fundamentar uma proposta de forma a ampliar esse período de isenção alinhando-se com o que foi aprovado por esta Assembleia na altura. Neste sentido, a nossa perspetiva, a nossa expectativa era que a Câmara Municipal tomasse medidas efetivas que correspondessem à vontade da maioria dos membros desta Assembleia, o que foi apresentado, no entanto, é uma isenção pontual que não aborda as reais necessidades das nossas comunidades e do comércio local e que foge totalmente ao que aqui propusemos e foi aprovado, repito, por maioria. A proposta agora em discussão refere-se à isenção aplicável à 2ª hora de estacionamento entre os dias 12 e 29 de dezembro, no entanto, a nossa proposta previa a isenção permanente do pagamento da taxa nos primeiros 90 minutos durante os dias úteis de 2ª a 6ª, a isenção durante as 2 primeiras horas nas

manhãs de sábado e a isenção total aos sábados à tarde, assim como durante todo o dia de domingo e feriados. Consideramos que esta abordagem mais abrangente teria um impacto positivo dinamizando a atividade comercial e empresarial local facilitando o acesso aos serviços públicos no centro da cidade e contribuindo para mitigar a escassez de estacionamento naquela área, situação que tem levado a um aumento da ocupação caótica nos bairros periféricos e que é agravada por os eventos no centro da cidade prejudicando tanto os moradores como os trabalhadores dessas áreas. Além disso, a nossa proposta visa incentivar a vida do espaço urbano ao fim de semana atraindo a população para usufruir do centro da cidade e aumentando a taxa de utilização do parque de estacionamento da Fonte Quente que atualmente revela ser insatisfatória contrariando a estafada tese de que o PCP não traz propostas que interessam às pessoas e que só sabe ser do contra, tese dos que não têm argumentos e que também é utilizada frequentemente pelo senhor Presidente da Câmara, aqui está mais uma prova de que trazemos propostas que interessam às pessoas e à economia local, o que nos parece é que a câmara na pessoa do senhor Presidente, que não demonstra abertura para acolher uma oposição construtiva, isso é preocupante pois revela mais uma vez a falta de consideração e respeito pelo trabalho desta Assembleia e pelas deliberações aqui tomadas, neste caso por maioria. Acreditamos que é fundamental que as decisões aqui tomadas estejam alinhadas com os interesses das populações, o que não é o caso da proposta agora feita pela Câmara. Por estas razões, vamos votar contra. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 7** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **47 votos a favor** (33-PS, 11-PSD, 1-BE, 1-CDS-PP/MPT, 1-CHEGA) e **1 voto contra** (1-PCP) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Isenção de pagamento de estacionamento no parque da Fonte Quente - Natal 2024**.

Ponto 8 - Programa Municipal para a Ética e Prevenção da Corrupção – Biénio 2024-2025 – Para conhecimento;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

Consiste no Programa Municipal de Prevenção da Corrupção para o biénio 24/25 onde estão identificadas um conjunto de políticas implementadas e também aquilo que têm sido práticas desenvolvidas durante 2024 e também aquilo que são outras medidas que pretendemos implementar no próximo ano em especial. Muito obrigado.”

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento**.

De seguida foram colocados a votação os pontos 2 a 8 da Ordem de Trabalhos, tendo a Assembleia Municipal de Leiria **deliberado por unanimidade** a sua aprovação em minuta, de acordo com o ponto 3 do Artº 57º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Assembleia, encerrada a sessão, eram **00h47** horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais.

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 29 de abril de 2025, deliberou **por unanimidade, aprovar a ata.**

O Presidente da Assembleia Municipal de Leiria

António Lacerda Sales

Assinado por: António Lacerda Sales
Num. de Identificação: BI04380879
Data: 06-05-2025 10:35:23 +01:00



A Técnica Superior

Catarina Isabel dos Santos Clemente

Assinado por: **CATARINA ISABEL DOS SANTOS
CLEMENTE**
Num. de Identificação: 10510814
Data: 2025.05.06 10:52:45+01'00'